



INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ADRIEL JOSÉ PEREIRA

**VIDA E FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO PROGRAMA DE MORADIA
ESTUDANTIL DO IF GOIANO – CAMPUS CERES: UMA PERSPECTIVA
AUTOBIOGRÁFICA**

CERES – GO
2025

ADRIEL JOSÉ PEREIRA

**VIDA E FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO PROGRAMA DE MORADIA
ESTUDANTIL DO IF GOIANO – CAMPUS CERES: UMA PERSPECTIVA
AUTOBIOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Ceres do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Lopes Ferreira.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

CERES - GO

2025

P436

JOSÉ PEREIRA, ADRIEL
VIDA E FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO PROGRAMA
DE MORADIA ESTUDANTIL DO IF GOIANO – CAMPUS
CERES: UMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA /
ADRIEL JOSÉ PEREIRA. CERES 2025.

103f. il.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Lopes Ferreira..
Dissertação (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso de
0333244 - Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica (Campus Ceres).
I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ofício nº 19/2026 - GE-CE/DE-CE/CMPCE/IFGOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÉNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciéncia e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem resarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional-Tipo: Documentário (curta-metragem) | |

Nome Completo do Autor: Adriel José Pereira

Matrícula: 2023103332440031

Título do Trabalho: VIDA E FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO PROGRAMA DE MORADIA ESTUDANTIL DO IF GOIANO – CAMPUS CERES: UMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 01/04/2026

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciéncia e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciéncia e Tecnologia Goiano.

Ceres, 06 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Adriel José Pereira
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Cliente e de acordo:

(Assinado eletronicamente)
Gustavo Lopes Ferreira
Assinatura do orientador

Documento assinado eletronicamente por:

- Gustavo Lopes Ferreira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 06/02/2026 18:18:02.
- Adriel Jose Pereira , 2023103332440031 - Discente, em 07/02/2026 07:39:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/02/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 786636
Código de Autenticação: 5ed3b874ff



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



Ata nº 60/2025 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

ATA Nº/ 121
DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14:00 (quatorze horas), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Prof. Dr. Gustavo Lopes Ferreira (orientador), Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano (avaliadora interna) e Profª. Dra. Rita Tatiana Cardoso Erbs (avaliadora externa), sob a presidência do primeiro, em sessão pública realizada de forma online pelo Google Meet, para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de **Adriel José Pereira**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano 3 Campus Ceres. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi **APROVADA** e o Produto Educacional foi **APROVADO e VALIDADO**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para êns de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano 3 Campus Ceres.

Observações:

Prof. Dr. Gustavo Lopes Ferreira
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano 3 Campus Ceres

Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano 3 Campus Morrinhos

Profª.Dra.RitaTatianaCardosoErbs
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Catalão

Documento assinado digitalmente
 RITA TATIANA CARDOSO ERBS
Data: 18/11/2025 10:14:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gustavo Lopes Ferreira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 14/11/2025 16:25:32.
- **Sangelita Miranda Franco Mariano**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 14/11/2025 16:26:11.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/10/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 759000

Código de Autenticação: 4cd3f29165



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), debruça-se sobre as experiências de formação dos estudantes do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, que residem na moradia estudantil. Adotamos uma abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia das narrativas de vida, a fim de compreendermos como a vivência na moradia escolar molda o percurso educacional, social e emocional de jovens que frequentemente procedem de contextos de exclusão social, como assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e grupos de estudantes pretos, pardos e indígenas. A investigação utiliza entrevistas narrativas semiestruturadas cujos relatos foram transcritos e interpretados pela técnica de análise de conteúdo, sendo validados posteriormente pelos próprios participantes. Os resultados apontam que, a despeito das dificuldades inerentes à adaptação ao novo ambiente, a moradia coletiva funciona como catalisador para o fortalecimento de vínculos sociais, a construção da autonomia e o engajamento institucional. Tais aspectos, por sua vez, são cruciais para a permanência e o êxito acadêmico desses discentes. O estudo ressalta ainda a assistência estudantil como política pública estratégica, essencial para o acesso e a continuidade no ensino, especialmente no contexto da educação profissional e tecnológica. Como produto educacional integrante deste trabalho, foi elaborado um curta-metragem documental, que regista o cotidiano dos entrevistados e propõe uma reflexão aprofundada sobre a influência da moradia no processo formativo. A originalidade deste trabalho reside na articulação crítica entre memória e vivência, conseguindo dar voz e visibilidade a trajetórias que, com frequência, permanecem invisibilizadas pelas estatísticas oficiais.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Inclusão Educacional; Moradia Estudantil.

ABSTRACT

This research, conducted within the scope of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), it focuses on the educational experience of students from the Federal Institute of Goiás, Ceres Campus, who reside in student housing accommodation. A qualitative approach was adopted, grounded in life story methodology, to understand how living in student housing shapes the educational, social, and emotional trajectories of young people—many of whom come from regions with limited access to formal and technical education, rural areas, quilombola communities (former slaved groups living isolated for decades), and groups of Black, mixed-race, and Indigenous students. The investigation employed semi-structured narrative interviews, which were transformed into life stories and analysed through studies on youth and intersectional theoretical perspectives. The findings reveal that, despite the challenges and difficulties faced by many participants, collective housing functions as a catalyst for strengthening social bonds. These bonds are crucial for student retention and academic success. In this regard, student housing emerges as an inclusive educational policy that contributes to educational equity. The study also highlights the need to expand public policies aimed at supporting student retention, especially for those from historically marginalized groups. Student housing, therefore, is a space for learning, exchange, and lived experiences that contribute to the construction of life projects and the continued engagement of students in professional and technological education.

Keywords: Professional and Technological Education. Educational Inclusion. Student Housing.

A Deus, a essência desta vida orgânica organizada, aos meus familiares que moldaram minha existência, a minha querida mãe, que sempre me apoiou com amor incondicional e me ensinou a importância e o valor da educação e da perseverança. Seu exemplo de vida foi a base de tudo o que sou.

A Cássia, minha eterna parceira, por todo o carinho, paciência e compreensão nos momentos de desafios. Você é a razão pela qual continuo buscando mais e mais, a cada dia.

A Cecília, Mariah e Melina, meus maiores tesouros, pela força que vocês me dão todos os dias e pela alegria de cada novo passo que damos juntos.

Aos meus amigos, colegas e ao IF Goiano - Campus Ceres, que tem me proporcionado um ambiente de aprendizado constante, e especialmente aos estudantes da moradia estudantil, cujas histórias de vida foram a essência deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não é um feito isolado, mas o reflexo de um esforço coletivo e do apoio incondicional de pessoas que tornaram esta jornada possível. A elas, manifesto a minha mais profunda gratidão.

Em primeiro lugar, à minha esposa, Cássia, meu pilar e refúgio. Agradeço-lhe por sempre ter acreditado em mim. Seu amor e apoio inabalável foram a força motriz que dissipou os curtos instantes de dúvida e incerteza, mantendo-me irredutível na persistência. Não há palavras que consigam expressar a dimensão da minha gratidão por tudo o que você fez por mim ao longo desta jornada.

Às minhas filhas, Cecília, Mariah e Melina, por me ensinarem, a cada dia, o verdadeiro significado de amor e dedicação. Vocês são minha inspiração diária. De todas as missões que a vida me confiou, a mais importante é ser o pai de vocês: não há remuneração que pague um sorriso seu, nem motivação maior do que o desejo de contemplar o amanhã evê-las sempre sorrindo. Sou profundamente grato por cada abraço que compartilhamos.

Ao meu orientador, Dr. Gustavo Lopes Ferreira. Agradeço não apenas pela sua competência e rigor científico, mas pela paciência, pelo estímulo constante e pela generosidade intelectual que dedicou a este projeto. Seus apontamentos e a profundidade de sua experiência em Educação em Ciências e Educação Profissional e Tecnológica foram cruciais para a consolidação e a qualidade desta dissertação. O Dr. Gustavo é um exemplo que rompe o mero "amontoado de títulos": ele é, sobretudo, uma "enciclopédia de humanidade". Aprendi que a principal virtude técnica é, na verdade, ser humano. Gratidão! Sua orientação foi, sem dúvida, decisiva para que este trabalho alcançasse o rigor acadêmico necessário.

Aos amigos e colegas que, com suas palavras de incentivo, gestos de carinho e atitudes de apoio, tornaram a jornada menos solitária. Em meio às adversidades, vocês foram um estímulo constante e me lembraram da importância de persistir naquilo em que acredito.

E, de forma especial, a todos os estudantes da moradia estudantil. Vocês são a alma deste trabalho. Ao confiarem em mim para compartilhar suas histórias, vivências e memórias, proporcionaram a matéria-prima essencial para esta reflexão. Sou profundamente grato por cada relato e por cada ensinamento que me dedicaram.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (Paulo Freire)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Origem dos Estudantes da Moradia Estudantil em Relação ao Campus Ceres (GO)	45
.....
Figura 2 - Fachada Principal do IF Goiano – Campus Ceres	50
Figura 3 - Vista da Entrada dos Alojamentos Masculinos	51
Figura 4 - Sala de TV e Jogos do Alojamento Masculino.....	53
Figura 5 - Quarto/Sala de Estudos do Alojamento Masculino	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos participantes	56
Quadro 2 - Estrutura analítica de categorias	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DOU	Diário Oficial da União
EDU	Educação
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IF	Instituto Federal
IF Goiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades
MEC	Ministério da Educação
PE	Produto Educacional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
ProfEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SNCT	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UF	Unidade da Federação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Educação Profissional e Tecnológica e os desafios da formação integral em contextos de vulnerabilidade social.....	21
2.2 As políticas públicas de assistência estudantil: direitos, desafios e permanência.....	24
2.3 A Assistência estudantil e a inclusão educacional	37
2.4 Narrativas de vida, inclusão social e desenvolvimento regional na Educação Profissional e Tecnológica	42
2.5 Justiça social, currículo integrado e suas interseccionalidades: perspectivas ampliadas sobre a permanência estudantil	46
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 Delineamento da pesquisa.....	50
3.2 Estudo de caso: IF Goiano – Campus Ceres	50
3.3 Participantes da pesquisa.....	55
3.4 Instrumentos e técnicas de construção de dados	56
3.5 Interpretação dos dados	57
3.6 Ética na pesquisa	57
3.7 Limitações da pesquisa	58
3.8 Procedimentos para elaboração do Produto Educacional	58
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
4.1 Histórias que moram no Campus Ceres: narrativas de estudantes da moradia estudantil	60
4.2 A moradia estudantil como fator para a permanência.....	62
4.3 Convivência, laços de solidariedade e amadurecimento pessoal	64
4.4 Acolhimento e o choque de realidade	65
4.5 Desafios estruturais, sociais e de convivência	66
4.6 A Moradia como espaço de formação integral e profissional	68
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	72
5.1 Justificativa	72
5.2 Bases teóricas	73
5.3 Local de aplicação.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Estudantes maiores)	89

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Pais/Responsáveis).....	93
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Discente menor)	98
APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM.....	102
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA - PESQUISA DE MESTRADO	103

NOTA INTRODUTÓRIA: A TRAJETÓRIA DO AUTOR E AS ORIGENS DESTA INVESTIGAÇÃO

Esta dissertação não se configura apenas como um exercício acadêmico, mas como o resultado de uma profunda imbricação entre a trajetória pessoal do autor, sua vivência institucional e a problematização científica de uma realidade sentida.

Eu, Adriel José Pereira, sou filho desta região e fiz uso de mecanismos públicos de acesso à educação, o que me conecta de forma íntima e direta com o tema investigado. Essa familiaridade com os desafios impostos pela vulnerabilidade social e pela busca por oportunidades educacionais em regiões interioranas serviu como fonte motivacional para a pesquisa.

A ideia desta investigação nasceu, portanto, da práxis cotidiana no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, onde atuo como servidor. Ao longo dos anos, testemunhei a chegada e a permanência de inúmeros jovens em condições similares às que outrora enfrentei, muitos deles oriundos de contextos de exclusão social como assentamentos, comunidades quilombolas e famílias de baixa renda.

Essa observação sensível e continuada do cotidiano na moradia estudantil me impulsionou a uma reflexão crítica: o alojamento é mais do que um benefício logístico; é um território de formação, de conflitos e de profunda transformação humana. No entanto, percebi que essa dimensão subjetiva e formativa era frequentemente invisibilizada pelos relatórios institucionais.

Dessa implicação consciente e reflexiva - a de ter vivido a realidade da carência e a de estar inserido profissionalmente no *locus* da pesquisa – emergindo assim, a escolha pela abordagem autobiográfica e pelas narrativas de vida não foi meramente metodológica, mas uma postura ética e epistemológica. Busquei, nesta dissertação, articular a vivência e o rigor científico, utilizando o meu olhar de dentro da instituição para dar voz, visibilidade e densidade analítica às experiências dos estudantes, transformando a observação sensível em conhecimento validado. É nessa costura entre a memória e a análise crítica que se funda a originalidade e o propósito deste trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Viver longe da família, da terra natal e do ambiente conhecido é um rito de passagem marcante na trajetória de muitos jovens brasileiros que buscam acesso à educação em instituições federais. Esse deslocamento, que frequentemente ocorre em função de oportunidades educacionais indisponíveis em seus locais de origem, inaugura uma série de desafios de ordem subjetiva, social e pedagógica.

No Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, a moradia estudantil emerge como o principal suporte estrutural e emocional necessário para que inúmeros discentes enfrentem essa nova realidade. Ao mesmo tempo, esse espaço se revela como um território complexo, palco de tensões, mediações, conflitos e, sobretudo, de intensos aprendizados informais que transcendem os limites da sala de aula.

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), tem como objetivo principal, compreender como a experiência moradia estudantil contribui efetivamente para o processo de formação integral dos estudantes do ensino técnico integrado.

Para tanto, a pesquisa se insere no debate sobre as políticas de assistência estudantil no Brasil, ancorando-se no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, e nas normativas internas que buscam garantir a permanência e o sucesso acadêmico de alunos em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza a metodologia das narrativas de vida como instrumento privilegiado para a escuta dos estudantes em sua integralidade. Essa escolha metodológica reconhece os sujeitos como produtores de conhecimento e de sentido sobre sua própria trajetória, atribuindo centralidade à voz discente. A análise dos dados é fundamentada na técnica da análise de conteúdo, conforme proposição de Laurence Bardin (2016), permitindo a organização dos relatos em categorias temáticas que evidenciam tanto as potencialidades quanto os desafios inerentes ao modelo de moradia oferecido.

A convivência cotidiana na residência estudantil do Campus Ceres, somada à implicação reflexiva do pesquisador com o tema, impulsionou esta investigação. O estudo busca compreender como o programa da moradia estudantil, ao promover o direito à permanência, fomenta o sentimento de pertencimento institucional e de aprendizagem plena, valorizando a residência estudantil como pilar para o desenvolvimento integral dos alunos.

O recorte deste estudo recai sobre os estudantes residentes das moradias do IF Goiano – Campus Ceres, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente excluídos, como pretos, pardos, quilombolas, indígenas e assentados. Essa delimitação se justifica pela observação de que, embora o PNAES represente um marco na garantia do acesso, ainda existem lacunas importantes na operacionalização da assistência na realidade cotidiana dos câmpus.

Adicionalmente, o campo de pesquisa ainda carece de estudos que se debrucem sobre a moradia como espaço pedagógico e formativo a partir da perspectiva dos próprios estudantes, o que reforça a relevância e a originalidade deste trabalho.

A construção do produto educacional (um curta-metragem documental) surge como uma extensão prática desta proposta investigativa. Ao materializar e registrar visualmente as experiências dos estudantes, o documentário visa não apenas sensibilizar a comunidade escolar sobre os desafios da permanência, mas também devolver aos estudantes sua voz em formato de denúncia e arte. Essa iniciativa se alinha perfeitamente à função social da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de promover não apenas a qualificação técnica, mas também a formação crítica, ética e cidadã de seus discentes.

Portanto, O objetivo geral desta dissertação é compreender como a vivência na moradia estudantil influencia os processos de formação integral de estudantes do ensino médio integrado no IF Goiano – Campus Ceres.

Como objetivos específicos, pretendeu-se:

- investigar os principais desafios enfrentados pelos estudantes no cotidiano das moradias estudantis;
- analisar como essa experiência impacta a formação integral dos estudantes, o pertencimento institucional e as relações interpessoais construídas no contexto da moradia estudantil.;
- elaborar e apresentar um curta-metragem documental que sistematize, por meio das narrativas dos estudantes, familiares e servidores, os sentidos atribuídos à moradia estudantil como espaço formativo.

Além da "Introdução" e da "Nota Introdutória" que a antecede, a estrutura do trabalho foi organizada da seguinte forma: a Seção 2 apresenta o referencial teórico que embasa a pesquisa, com destaque para os conceitos de juventude, políticas públicas de assistência estudantil, formação integral, inclusão e permanência. A Seção 3 descreve os aspectos metodológicos da pesquisa, incluindo a fundamentação da análise de conteúdo como técnica de leitura dos dados. Na Seção 4, são apresentados os resultados obtidos a partir das entrevistas, acompanhados de análises fundamentadas nas categorias emergentes. A Seção 5 trata do

produto educacional, desde sua concepção até sua aplicação. Por fim, a Seção 6 destaca as considerações finais, com uma reflexão crítica sobre o percurso trilhado e suas contribuições para o campo da EPT.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Profissional e Tecnológica e os desafios da formação integral em contextos de vulnerabilidade social

Esta seção tem como objetivo discutir os fundamentos históricos, políticos e pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, compreendendo-a como um campo estratégico na promoção da formação integral e no enfrentamento das desigualdades sociais. A partir de autores como Ramos, Ciavatta, Frigotto, Saviani e Freire, analisa-se a trajetória da EPT desde sua constituição histórica marcada pela dualidade educacional até a consolidação dos Institutos Federais como projeto contra-hegemônico de educação pública, inclusiva e socialmente referenciada. Ao longo da seção, discute-se ainda o papel das políticas de permanência — com destaque para a moradia estudantil — como dimensão indissociável dos processos formativos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem se constituído como um campo estratégico no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento sustentável, sobretudo em territórios historicamente marcados por processos de vulnerabilidade social. Sua trajetória é marcada por uma constante tensão entre projetos pedagógicos emancipatórios e perspectivas reducionistas vinculadas à lógica do mercado de trabalho (Ramos, 2012).

Essa dicotomia remonta à herança colonial e foi reforçada ao longo do século XX por políticas que institucionalizaram a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (Ciavatta; Ramos, 2011).

Nesse contexto, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566/1909, representou um avanço do ponto de vista da ampliação do acesso à formação técnica para jovens oriundos das camadas populares. Contudo, apesar de sua relevância social, essas instituições mantiveram a lógica da separação entre educação técnica e educação geral, contribuindo para a reprodução da estrutura de classes na oferta educacional (Fonseca, 1985 apud Ciavatta; Ramos, 2011).

Então, durante o Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas promoveu reformas que consolidaram a educação técnica como componente essencial do projeto desenvolvimentista nacional. Desse modo, a Lei nº 378/1937 transformou as escolas de aprendizes em liceus industriais, ampliando a oferta de cursos voltados à formação profissional.

Entretanto, a lógica de uma educação funcional, voltada primordialmente à formação de mão de obra para os setores produtivos, ainda predominava.

Mas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como direito de todos e dever do Estado. Esse marco ampliou o debate sobre a função social da escola pública e criou possibilidades para uma reconfiguração da EPT como instrumento de justiça social (Brasil, 1988).

Sendo assim, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), pela Lei nº 11.892/2008, representou uma inflexão importante na política educacional brasileira (Brasil, 2008). Os IFs foram então concebidos com a missão de articular ensino, pesquisa e extensão em cursos de formação técnica e superior. Esse modelo institucional visa promover o desenvolvimento regional e a inclusão de populações tradicionalmente excluídas da educação pública de qualidade.

Segundo Frigotto (2009), os Institutos Federais materializam um projeto pedagógico contra-hegemônico ao proporem uma formação integral que transcende a dicotomia entre trabalho e educação. Para o autor, a EPT deixa de ser mera ferramenta de capacitação técnica e assume o papel de mediação crítica entre os saberes científicos, tecnológicos e os desafios históricos vividos pelas populações locais.

A noção de formação omnilateral, desenvolvida por Marx e posteriormente resgatada por Saviani, refere-se à formação plena do sujeito, compreendido em suas múltiplas dimensões — intelectual, cultural, política, ética e técnica — em oposição à educação fragmentada e utilitarista imposta pela lógica do capital (Marx, 2004; Saviani, 2007).

No campo da Educação Profissional e Tecnológica, esse conceito dialoga diretamente com a ideia de formação integral, amplamente adotada nas diretrizes curriculares dos Institutos Federais, ao defender uma educação que não se limite à preparação para o mercado de trabalho, mas que promova a emancipação dos sujeitos e sua capacidade crítica de compreender e transformar a realidade social em que estão inseridos.

Ciavatta, Franco e Ramos (2011) alertam que, embora as diretrizes dos IFs sejam progressistas em sua essência, sua implementação enfrenta inúmeros desafios, como a pressão por resultados imediatos, a dificuldade de diálogo com as comunidades e a manutenção de práticas pedagógicas conservadoras em muitos contextos institucionais. Para além das políticas públicas, a consolidação da EPT como espaço formativo integral exige mudanças no *ethos* institucional, nas práticas docentes e na escuta ativa das demandas estudantis. É nesse ponto que a assistência estudantil emerge como vetor estratégico, especialmente em instituições que atendem a estudantes de baixa renda, oriundos de contextos vulneráveis.

De acordo com Arroyo (2009), políticas de permanência são tão importantes quanto as de acesso. Oferecer moradia, alimentação, transporte, apoio à saúde e acompanhamento pedagógico são formas que podem garantir que o estudante permaneça na instituição e conclua sua formação. A moradia estudantil, em especial, ocupa um lugar central nesse processo, pois transforma o ambiente escolar em um ambiente fértil de relações e de aprendizagem coletiva.

Nesse cenário, é fundamental reconhecer que os estudantes não chegam à escola “neutros”, pois trazem consigo histórias, culturas, dores e desejos que devem ser considerados no processo educativo. A instituição precisa então se aproximar da experiência do outro (Josso, 2004, 2010), de modo que compreenda os sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua própria trajetória de formação.

A EPT, como projeto civilizatório, deve promover o protagonismo juvenil e criar condições para que os estudantes sejam sujeitos ativos em sua aprendizagem. Isso implica, segundo Freire (1996), romper com a lógica bancária da educação e construir relações pedagógicas dialógicas, horizontais e emancipadoras. Nesse movimento, a formação docente assume papel de destaque, visto que os professores da EPT precisam estar preparados para atuar em contextos multiculturais, dialogar com diferentes realidades sociais e propor práticas pedagógicas integradas, contextualizadas e inclusivas (Ramos, 2012).

Sendo assim, a ênfase na integração curricular e na superação da fragmentação do conhecimento no Ensino Médio Integrado exige que os docentes promovam uma formação crítica, ética e cidadã (Saviani, 2007; Frigotto, 2005).

Desse modo, a consolidação da EPT como espaço formativo integral exige que os Institutos Federais, ao incorporarem esses princípios em sua estrutura, assumam um papel contra-hegemônico na configuração do sistema educacional brasileiro, promovendo rupturas com práticas excluientes e elitistas que historicamente marcaram a educação técnica.

A formação técnica, nesse novo modelo, deixa de ser sinônima de limitação e passa a integrar um projeto pedagógico emancipador, o que exige repensar não apenas o currículo, mas também as relações institucionais, a arquitetura dos espaços, as estratégias de avaliação e, sobretudo, as formas de escuta e diálogo com os estudantes.

O desafio da inclusão, portanto, não se resume a garantir acesso, mas a construir uma ambiência institucional acolhedora, que reconheça e valorize as singularidades de cada estudante. Nesse sentido, o conceito de formação integral amplia-se para abranger dimensões afetivas, éticas, culturais e identitárias da experiência educativa. A moradia estudantil, nesse contexto, configura-se como lugar privilegiado para o desenvolvimento dessas dimensões, pois ali se entrelaçam cotidiano, convivência e aprendizagem. Os laços criados nesse espaço

influenciam diretamente a permanência, o desempenho acadêmico e a construção de projetos de vida.

Barbosa e Lima (2022) destacam que, apesar dos avanços, ainda persistem desigualdades no acesso à moradia e na qualidade dos serviços prestados. Tais disparidades reforçam a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às diferenças de gênero, raça, etnia, orientação sexual e condição socioeconômica.

Políticas educacionais eficazes reconhecem as especificidades dos sujeitos e promovem a equidade por meio de ações concretas, o que implica não apenas distribuir recursos, mas construir relações pedagógicas comprometidas com a transformação social. Nesse sentido, a pesquisa aqui desenvolvida pretende contribuir com essa discussão ao analisar, a partir de uma perspectiva autobiográfica e crítica, como a moradia estudantil interfere nos processos formativos dos estudantes do IF Goiano – Campus Ceres. Sendo assim, a trajetória investigativa está ancorada em princípios éticos e metodológicos coerentes com o campo da EPT, em especial na valorização das narrativas como forma legítima de conhecimento, na escuta sensível e na análise rigorosa orientada pelo método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016).

Assim, ao tornar visível a voz dos estudantes, a pesquisa busca iluminar práticas institucionais e tensionar discursos cristalizados, propondo caminhos para a construção de políticas públicas mais democráticas e efetivas no campo da educação profissional e tecnológica. Portanto, discutir a EPT é também discutir a própria função social da escola pública. É pensar um projeto de país onde o acesso à educação de qualidade não seja privilégio de poucos, mas direito de todos. E, nesse processo, os Institutos Federais têm papel fundamental como catalisadores de uma formação humana, crítica e transformadora.

2.2 As políticas públicas de assistência estudantil: direitos, desafios e permanência

A assistência estudantil no Brasil representa um dos principais mecanismos de promoção do acesso, permanência e êxito escolar para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Historicamente, a gênese destas políticas está ligada à necessidade de mitigar as profundas desigualdades sociais que atravessam a estrutura educacional do país, especialmente nos níveis técnico e superior. A consolidação dessas políticas públicas expressa um reconhecimento do Estado quanto ao papel estruturante da educação como direito social e vetor de justiça.

No entanto, a trajetória das políticas de assistência não é linear. Isso porque, segundo Pereira (2016), nos anos 1970 e 1980, as ações assistenciais eram majoritariamente

descontínuas e de caráter assistencialista, dependendo da autonomia financeira de cada instituição. Então, a luta pelo reconhecimento da assistência como um direito, e não como mera benesse, ganhou força a partir da redemocratização e se consolidou com a previsão constitucional da educação como direito de todos.

Com a criação dos Institutos Federais (IFs), em 2008, por meio da Lei nº 11.892, a assistência estudantil ganhou centralidade no debate sobre a democratização do ensino técnico e tecnológico. Isso ocorreu porque os IFs foram concebidos com o mandato de atender majoritariamente a estudantes oriundos das camadas populares, muitos deles moradores de áreas rurais, assentamentos, comunidades tradicionais e bairros periféricos. Nesse contexto, assegurar as condições mínimas de permanência torna-se uma dimensão tão importante quanto garantir o acesso.

Segundo Dourado (2011), a expansão da Rede Federal deve ser acompanhada por políticas que compreendam o estudante em sua totalidade. O autor ressalta que o estudante não é apenas alguém que aprende conteúdos, mas um sujeito de direitos, com necessidades materiais, emocionais e culturais que incidem diretamente sobre sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, a assistência estudantil deve ser compreendida como política estruturante da formação, e não como um complemento eventual.

A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234/2010, representou um marco. Isso porque o PNAES estabeleceu diretrizes para o apoio aos estudantes de baixa renda das instituições federais. Trata-se, pois, de uma política de cunho universalizante, mas focada na equidade, destinada a reduzir a evasão escolar e garantir o direito à educação em condições de igualdade. No entanto, a implementação do PNAES e de outras ações de assistência tem enfrentado desafios diversos, desde a limitação orçamentária até a precariedade na infraestrutura das instituições.

Conforme alerta Silva Júnior (2013), há uma distância significativa entre a formalização das políticas e sua efetivação concreta nos territórios. Muitas vezes, a moradia estudantil, por exemplo, é concebida apenas como abrigo logístico, desconsiderando sua potência pedagógica e sua função como espaço de convivência, socialização e aprendizagem.

Essa visão limitada pode comprometer o potencial emancipador das políticas assistenciais. Assim, Arroyo (2009) defende que é imperativo superar uma lógica tutelar da assistência, que se restringe a ofertar "ajudas" ou compensações a estudantes pobres, sendo então necessário construir uma perspectiva política, na qual essas ações sejam compreendidas como parte de uma concepção ampliada de educação e do próprio direito à dignidade.

Nessa lógica, o estudante deixa de ser um beneficiário passivo para se tornar protagonista de sua formação. No caso específico da moradia estudantil, a literatura aponta que sua presença é decisiva para estudantes oriundos de regiões distantes, os quais enfrentam dificuldades de deslocamento, custo de vida elevado e rupturas com seus contextos familiares e culturais (Santos; Pereira, 2021).

Como destaca Frigotto (2005), negar essas condições materiais é negar o próprio direito à educação, pois não há processo formativo pleno em contextos de fome, insegurança ou instabilidade emocional.

As políticas de permanência, quando bem estruturadas, funcionam como espaços de reconhecimento e pertencimento. Ao acessar a moradia estudantil, o aluno passa a integrar um coletivo que compartilha vivências, dilemas e sonhos semelhantes. Esse espaço, portanto, extrapola sua função logística e assume um papel formativo, no qual se constroem vínculos, aprendizagens afetivas e trajetórias de superação.

Não basta garantir a matrícula do aluno; é necessário garantir sua permanência, seu desenvolvimento integral e sua formação como sujeito de direitos. Isso implica reconhecer as condições objetivas de vida, os limites estruturais e simbólicos que atravessam sua experiência escolar (Arroyo, 2009, p. 51).

Essa perspectiva reforça o papel da assistência estudantil como política de promoção da dignidade e da equidade. É nesse sentido que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e outras políticas correlatas devem ser compreendidos não como benesses institucionais, mas como afirmação do direito à educação enquanto política pública.

Entretanto, a efetivação dessas ações enfrenta obstáculos relacionados à fragilidade da gestão institucional, evidenciada, entre outros aspectos, pela descontinuidade de ações de acompanhamento aos estudantes, pela insuficiência de profissionais especializados para atender às demandas pedagógicas e psicossociais, pela limitada articulação entre os setores acadêmicos e assistenciais e pela ausência de estratégias sistemáticas de monitoramento das condições de permanência. Nesses contextos, a moradia estudantil, quando desvinculada de um projeto pedagógico mais amplo e integrado, pode inclusive reproduzir desigualdades e aprofundar situações de vulnerabilidade.

Como assinala Ciavatta (2012), as políticas públicas em educação precisam ser pensadas em articulação com as condições reais dos sujeitos. Isso implica reconhecer que a permanência estudantil não depende apenas de incentivos financeiros ou de estruturas físicas adequadas, mas

também de práticas institucionais pautadas na escuta, no acolhimento e na construção coletiva de estratégias voltadas ao bem viver no espaço escolar.

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, inciso I). Tal diretriz reforça a necessidade de políticas educacionais que não se limitem ao ingresso dos estudantes, mas que acompanhem e sustentem sua trajetória formativa ao longo do percurso educacional.

No entanto, como observa Ristoff (2014), o modelo de avaliação da aprendizagem predominante nas instituições educacionais tende a invisibilizar esses fatores. Ao priorizar indicadores como nota, evasão ou tempo de conclusão, ignora-se o percurso real dos sujeitos, suas dificuldades, estratégias de resistência e modos singulares de aprender e se adaptar.

Nesse sentido, ao pensar a assistência estudantil e a moradia como campos pedagógicos, propõe-se uma revisão crítica dos modelos tradicionais de avaliação e gestão escolar, visto que uma política efetiva de permanência requer a escuta atenta, a construção participativa de soluções e o compromisso inegociável com a justiça social.

Na prática, isso significa valorizar o relato dos próprios estudantes como fonte legítima de conhecimento sobre suas condições de vida e estudo. Então, o cotidiano nas moradias, marcado por desafios e descobertas, deve ser interpretado não apenas como reflexo de carência, mas como campo fértil de formação e de construção de subjetividades. “A assistência estudantil deve ser concebida como um projeto político-pedagógico, articulado à missão da instituição e voltado à formação integral dos estudantes, respeitando sua diversidade e ampliando suas oportunidades” (Dourado, 2011, p. 65).

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, as políticas de permanência ganham maior relevância devido à diversidade do público atendido, às especificidades dos cursos e à própria missão social dos Institutos Federais. Nesse ambiente, o acolhimento não é um luxo, mas uma condição estruturante da prática educativa.

Para tanto, reforça-se a importância de políticas integradas e intersetoriais, capazes de articular a assistência com a saúde mental, o lazer, o apoio pedagógico e o diálogo institucional. O desafio, como aponta Frigotto (2015), é pensar a educação como um processo totalizante, no qual a técnica não se sobreponha à humanidade, e o rendimento escolar não anule a experiência de vida.

Logo, as políticas públicas de assistência estudantil, sobretudo a moradia, devem ser compreendidas como dispositivos de justiça e pertencimento. Mais do que suprir carências, elas

potencializam trajetórias, constroem cidadania e reafirmam o sentido social da educação pública.

Assim, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na história da educação brasileira ao elevar a educação à condição de direito social fundamental. Pela primeira vez, o ordenamento jurídico nacional consagrou, de maneira explícita, que a educação não poderia mais ser tratada como um privilégio, mas como um dever inalienável do Estado. Conforme o artigo 205 da Carta Magna,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 154).

Essa nova moldura constitucional, inaugurada pela Constituição Federal de 1988, impulsionou uma série de reestruturações normativas e conceituais no campo educacional, culminando na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A LDB passou a orientar o sistema educacional brasileiro com base em princípios como a equidade, a gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação. No que se refere à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a lei abriu possibilidades para a integração entre a formação técnica e a educação básica, especialmente o ensino médio, propondo uma abordagem mais articulada e menos fragmentada da formação dos sujeitos.

Tal reorientação normativa se contrapõe a uma separação hierárquica historicamente construída, que remonta ao período imperial e que, por décadas, foi perpetuada por políticas educacionais que concebiam o saber técnico como um caminho “menor”, voltado predominantemente à formação de mão de obra barata e desqualificada. O novo marco legal, ainda que de forma tensionada, trouxe consigo a exigência de superação dessa lógica excludente e utilitarista.

Saviani (2013) ressalta que a LDB de 1996, embora não tenha resolvido por completo as tensões entre formação geral e formação técnica, representou um avanço significativo ao permitir formas de articulação entre essas modalidades. Segundo o autor, a lei “criou condições legais para a construção de currículos integrados, capazes de proporcionar uma formação omnilateral, voltada ao desenvolvimento integral do educando” (Saviani, 2013, p. 98).

Apesar do avanço normativo, a implementação da Educação Profissional e Tecnológica integrada — compreendida aqui como o processo de concretização curricular, pedagógica e institucional da articulação entre formação geral e formação técnica — encontrou resistências

significativas no interior das redes de ensino. Tais resistências manifestaram-se, sobretudo, na ausência de infraestrutura adequada, na insuficiência de formação específica dos docentes e na persistência de uma cultura escolar marcada por modelos pedagógicos tradicionais, pouco abertos à integração curricular. Ainda assim, esse processo foi sendo gradualmente construído, sinalizando avanços em direção a uma educação profissional de caráter mais emancipador.

Foi apenas em 2008, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT), instituída pela Lei nº 11.892, que se configurou uma estrutura institucional capaz de dar suporte à consolidação de uma EPT comprometida com os princípios constitucionais de igualdade, justiça social e desenvolvimento regional. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), peças centrais da nova rede, passaram a representar um modelo educacional inovador, pautado pela integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A proposta pedagógica dos IFs parte do princípio de que o saber técnico não pode ser dissociado do conhecimento científico, humanístico e político. Como aponta Ciavatta (2014), trata-se de uma formação que comprehende o trabalho como princípio educativo, ou seja, como elemento fundante da construção do sujeito histórico e social. Essa concepção rompe com o paradigma da formação meramente técnica, voltada à adaptação do trabalhador às necessidades do mercado.

Ademais, a estrutura multicampi dos IFs permitiu uma interiorização sem precedentes da educação profissional, democratizando o acesso de jovens e adultos à educação pública de qualidade em regiões historicamente negligenciadas pelo poder público. Essa interiorização não teve apenas um efeito quantitativo, mas também qualitativo, ao valorizar saberes locais, respeitar identidades culturais e fomentar o desenvolvimento socioeconômico regional.

Segundo Dourado e Oliveira (2011), os Institutos Federais representam uma ruptura com a visão instrumental da EPT ao assumirem como missão a promoção da formação cidadã e da justiça social. Para os autores, os IFs foram concebidos para funcionar como núcleos articuladores de políticas públicas educacionais, capazes de operar transformações em nível local e regional (Dourado; Oliveira, 2011, p. 77).

Essa concepção institucional exige um novo perfil de profissional da educação, comprometido não apenas com a transmissão de conteúdo, mas com a construção de práticas pedagógicas dialógicas, críticas e transformadoras. A atuação docente nos IFs exige, portanto, uma postura ética, política e pedagógica que vá além da técnica, aproximando-se da práxis freiriana que vê o ensino como ato político.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a consolidação da RFPCT não pode ser reduzida a uma simples ampliação de vagas. Trata-se, antes, da construção de um novo

paradigma educacional que articula conhecimento, trabalho, cultura e cidadania. Como afirma Frigotto (2005), não há possibilidade de pensar a educação profissional como política pública emancipatória se ela estiver desvinculada de um projeto de sociedade justa, equitativa e democrática. Desse modo:

A escola pública não deve funcionar como um braço de adaptação do trabalhador às engrenagens do capital. Ao contrário, deve formar sujeitos que compreendam o funcionamento da sociedade, que se reconheçam como protagonistas e que sejam capazes de intervir nas estruturas sociais de maneira consciente e crítica (Frigotto, 2005, p. 49).

A consolidação da Rede Federal trouxe à tona a necessidade de pensar políticas educacionais que respeitassem a diversidade dos sujeitos atendidos, uma vez que o perfil dos estudantes da EPT é marcado por diferentes trajetórias, identidades e pertencimentos, o que demanda práticas pedagógicas inclusivas, flexíveis e sintonizadas com os contextos locais. Assim, os IFs se tornam não apenas centros formadores, mas também espaços de acolhimento, escuta e valorização das experiências de vida dos educandos.

O compromisso com a inclusão está presente em diversos programas e ações institucionais, como as políticas de assistência estudantil, os núcleos de acessibilidade, os projetos de extensão com enfoque comunitário e os programas de permanência e êxito. No entanto, tais iniciativas enfrentam desafios significativos, especialmente diante do cenário de cortes orçamentários que têm afetado diretamente o funcionamento das instituições da Rede Federal.

Como destaca Silva Júnior (2019), os avanços da EPT só podem ser sustentados por meio de financiamento público contínuo e de uma política educacional de Estado, e não de governo, capaz de garantir autonomia, estabilidade e condições estruturais adequadas para o funcionamento das instituições. A educação profissional emancipada exige investimento, planejamento de longo prazo e compromisso político com a formação crítica dos sujeitos.

Outro aspecto central na consolidação da RFEPECT é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa tríade, que estrutura o modelo pedagógico dos IFs, permite uma formação integral e contextualizada, aproximando os estudantes das problemáticas sociais, econômicas e culturais de seus territórios. A pesquisa aplicada e a extensão transformadora funcionam, nesse contexto, como pontes entre o saber acadêmico e as demandas concretas da sociedade.

Essa indissociabilidade, porém, não se realiza automaticamente, pois requer planejamento institucional, formação continuada dos docentes, integração curricular e

envolvimento ativo dos estudantes. Conforme Oliveira (2012), a consolidação de uma prática pedagógica integrada implica superar a fragmentação dos saberes e construir um currículo que dialogue com os desafios reais dos sujeitos e da coletividade.

A proposta dos IFs também demanda um reposicionamento epistemológico, visto que não se trata apenas de “ensinar conteúdos”, mas de promover o pensamento crítico, a curiosidade científica, a consciência social e o exercício da cidadania. Em outras palavras, formar para o mundo do trabalho não pode significar preparar para a submissão, mas sim capacitar para a autonomia, para a criação e para a transformação.

A Educação Profissional deve ser compreendida como um direito que amplia as possibilidades dos sujeitos se inserirem criticamente no mundo do trabalho, mas também no mundo da cultura, da ciência e da política. Trata-se de reconhecer que educar para o trabalho é educar para a vida, e que o trabalho é mais do que emprego: é relação, é história, é identidade (Ciavatta, 2011, p. 84).

Nesse contexto, o trabalho docente assume papel estratégico. Assim, os professores que atuam na Rede Federal precisam desenvolver competências que extrapolam a área técnica e abranjam também a mediação cultural, a análise crítica da realidade e a capacidade de construir vínculos significativos com os estudantes. A docência na EPT exige, pois, sensibilidade, escuta ativa e constante atualização didático-pedagógica.

A valorização do profissional da educação, nesse sentido, não pode ser apenas discursiva. Ela deve se expressar em políticas efetivas de formação inicial e continuada, em planos de carreira justos, em condições adequadas de trabalho e em participação ativa nos processos decisórios das instituições. Sem professores valorizados e qualificados, não há política pública sustentável na área educacional.

É preciso ainda enfrentar o tensionamento entre os projetos pedagógicos emancipatórios e as pressões por resultados imediatos impostos por organismos internacionais, setores empresariais e modelos de avaliação externa que, muitas vezes, desconsideram as especificidades e os objetivos da EPT pública. A busca por indicadores de desempenho não pode obscurecer a dimensão ética, social e humana da educação profissional.

A construção de uma Rede Federal verdadeiramente comprometida com a justiça social passa, portanto, por uma resistência ativa às tentativas de mercantilização da educação. Então, os IFs não podem se transformar em meros centros de formação para o mercado, uma vez que sua missão é mais ampla, profunda e desafiadora: contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

A efetivação dos princípios constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 1996) no contexto da Rede Federal supôs, além da criação dos Institutos Federais, a constituição de uma nova identidade institucional, marcada pela interdisciplinaridade, pela verticalização do ensino e pela aproximação com os arranjos produtivos locais. Essa identidade se consolidou na articulação entre ensino técnico e formação humana, científica e cidadã, contrariando a visão tecnocrática que, por muito tempo, predominou na história da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao aproximar os conteúdos escolares da realidade dos estudantes e das comunidades onde estão inseridos, os IFs rompem com a lógica da escola alheia à vida. A presença dos Institutos em regiões interiorizadas, muitas vezes negligenciadas pelas políticas educacionais, reforça seu caráter estratégico na democratização do acesso à educação pública de qualidade e no combate às desigualdades sociais e territoriais.

Contudo, esse avanço exige vigilância constante. Isso porque o modelo de EPT que se consolidou com a Constituição de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394, de 1996) está ameaçado por propostas de flexibilização do currículo, cortes de verbas, pressões por produtividade e tentativas de alinhamento da educação às demandas imediatistas do setor empresarial. Sendo assim, é necessário reafirmar a EPT como direito e como política pública de Estado, e não como serviço adaptável às flutuações do mercado.

Como assinala Frigotto (2005), quando a educação for vista apenas como investimento em capital humano, perde-se a sua dimensão formadora, histórica e social. A escola deixa de ser espaço de reflexão crítica para se tornar oficina de mão de obra barata, disciplinada e despolitizada. Essa crítica adquire relevância diante do avanço de ideologias que subordinam a educação pública a critérios empresariais e reduzem sua missão ao adestramento técnico.

É nesse cenário que se intensifica a luta pela consolidação de um projeto de EPT comprometido com os valores democráticos e com a superação da dualidade estrutural. Essa dualidade, denunciada há décadas por autores como Dermeval Saviani, permanece como obstáculo à universalização do direito à educação plena, crítica e transformadora. A Constituição de 1988 abriu a possibilidade histórica de reverter essa lógica, mas o caminho segue permeado por contradições.

Então, a LDB (Lei nº 9.394, de 1996) foi decisiva ao reconhecer, em seu texto, a possibilidade de integração entre a educação básica e a educação profissional, propondo articulações mais efetivas entre as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura. Entretanto, como afirma Moura (2007), a materialização desses dispositivos depende menos do texto legal

e mais das condições reais de implementação, como financiamento, formação docente, currículo e gestão democrática.

Dessa forma, a consolidação da Rede Federal deve ser compreendida como parte de um esforço histórico de concretizar os direitos sociais inscritos na Constituição de 1988. Trata-se, pois, de um projeto educacional que conjuga formação técnica e humanística, saber escolar e conhecimento empírico, teoria e prática, respeitando a complexidade e a pluralidade dos sujeitos da EPT. Assim:

A educação profissional, científica e tecnológica é chamada a desempenhar um papel estratégico na contemporaneidade, pois não se trata apenas de responder a necessidades do mundo do trabalho, mas de formar sujeitos capazes de compreender, criticar e transformar suas realidades. Os Institutos Federais, enquanto expressão dessa nova política pública, representam a aposta em uma educação que reconhece os sujeitos em sua inteireza e que valoriza o saber como instrumento de liberdade (Dourado; Oliveira, 2011, p. 123).

O projeto dos IFs, ao se enraizar em valores como inclusão, participação e compromisso social, abre espaços para experiências formativas que respeitam os tempos e os percursos dos estudantes, promovendo práticas educativas mais dialógicas, plurais e horizontais. Ao invés de enquadrar os sujeitos em moldes predefinidos, os IFs devem continuar a se constituir como ambientes onde se aprende a partir da escuta, da pesquisa, da extensão e da convivência democrática.

Nesse sentido, a experiência da Rede Federal demonstra que é possível articular excelência acadêmica com responsabilidade social, desde que haja investimento público, autonomia institucional e gestão comprometida com os princípios democráticos. A Constituição de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394, de 1996) forneceram as bases legais e éticas para esse projeto, mas cabe à sociedade e às comunidades escolares defendê-lo e aprimorá-lo diante dos novos desafios.

A expansão da Rede Federal pelos diversos territórios brasileiros revela um movimento intencional de interiorização do ensino público e de ampliação do acesso à formação técnico-científica. Esse processo buscou enfrentar desigualdades regionais historicamente consolidadas, aproximando a educação profissional de populações antes afastadas desse direito. Contudo, tal expansão não ocorreu de maneira linear ou consensual, sendo atravessada por disputas políticas, institucionais e pedagógicas acerca do projeto educativo que deve orientar a educação profissional pública.

Para além da ampliação quantitativa de vagas, os Institutos Federais foram concebidos, em seu projeto político-pedagógico, como espaços que buscam ressignificar a escola pública,

ao propor a ampliação do acesso de juventudes historicamente excluídas do direito à educação superior, trabalhadores em processos de requalificação e populações do campo, das periferias urbanas e de povos e comunidades tradicionais. Trata-se, portanto, de uma proposta institucional orientada à inclusão, cuja efetivação se dá de forma desigual e atravessada por limites estruturais, políticos e pedagógicos.

O desafio, porém, reside em manter viva a concepção original dos IFs diante de políticas educacionais cada vez mais orientadas por princípios neoliberais. A pressão por indicadores de desempenho, metas de produtividade e flexibilização curricular tende a esvaziar o potencial crítico e transformador da EPT. Sendo assim, é necessário resistir a essa lógica, resgatando o papel da escola como espaço de formação humana plena.

Conforme Saviani (2008), o compromisso com a formação omnilateral pressupõe a articulação entre trabalho, ciência, cultura e ética, não se tratando de formar apenas profissionais competentes tecnicamente, mas sujeitos críticos, conscientes de seu papel social e capazes de intervir nas estruturas que produzem desigualdades. Essa concepção de educação exige práticas pedagógicas participativas, currículos integrados e gestão democrática das instituições.

Ademais, a consolidação da Rede Federal demanda políticas públicas consistentes de valorização dos profissionais da educação, de financiamento adequado e de autonomia administrativa e pedagógica, visto que a precarização das condições de trabalho, o congelamento orçamentário e os entraves burocráticos comprometem o funcionamento pleno dos IFs e ameaçam sua missão social.

A presença dos Institutos Federais em municípios de pequeno e médio porte tem promovido transformações importantes, não apenas na trajetória educacional dos estudantes, mas também no tecido social, econômico e cultural das comunidades. Os projetos de pesquisa e extensão, quando bem articulados com as demandas locais, contribuem para o desenvolvimento territorial, fortalecendo a cidadania e a participação social.

Como reforçam Ciavatta e Ramos (2011), a educação profissional deve assumir o compromisso ético e político com a emancipação dos sujeitos, reconhecendo seus saberes e trajetórias, e recusando-se a ser mero instrumento de ajustamento à ordem econômica vigente. Essa recusa é, na prática, um ato de resistência frente à lógica utilitarista que tenta se impor no campo educacional.

A educação pública, gratuita e de qualidade, sobretudo aquela comprometida com os interesses das classes populares, é, por excelência, um campo de disputa. O que está em jogo não é apenas o acesso à escolarização, mas o tipo de sujeito que se pretende

formar, a sociedade que se deseja construir e os valores que se escolhe afirmar. Os Institutos Federais, nesse sentido, são espaços estratégicos de enfrentamento das desigualdades e de afirmação de um projeto educacional inclusivo, emancipador e socialmente referenciado (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 89).

Desse modo, esses marcos normativos consolidaram as bases para a reorientação da educação profissional no Brasil, deslocando-a de uma lógica estritamente instrumental para uma perspectiva que reconhece a formação humana como dimensão indissociável da formação técnica.

A consolidação da Rede Federal representa, pois, a materialização de um projeto político-pedagógico comprometido com os direitos sociais, com a valorização da diversidade e com a superação da lógica excludente que, historicamente, marcou o sistema educacional brasileiro.

Como a trajetória da EPT no Brasil não pode ser dissociada das disputas sociais mais amplas que atravessam a sociedade, defender os Institutos Federais é, ao mesmo tempo, defender a democracia, a justiça social e o direito à educação como fundamento de uma sociedade mais igualitária. Os próximos capítulos da história da Rede Federal dependerão, em grande medida, da capacidade coletiva de resistir, inovar e manter viva a esperança de que outra educação é possível e necessária.

A discussão sobre a assistência estudantil como um direito educacional e um requisito para a permanência qualificada dos estudantes, já estabelecida neste trabalho (Dourado, 2011), culmina na análise do arcabouço jurídico que a sustenta. Isso porque a consolidação dessa política no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT) está profundamente ligada à construção de marcos legais que sustentam e regulamentam ações voltadas para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Para tanto, três leis recentes representam marcos legais relevantes nessa trajetória, estabelecendo, respectivamente, a fonte de macrofinanciamento, a institucionalização da política e o custeio exclusivo do PNAES: Lei nº 12.858/2013, Lei nº 14.914/2024 e Lei nº 15.169/2025. A análise comparativa dessas normativas permite então compreender a evolução da assistência estudantil como política pública estruturante.

A Lei nº 12.858/2013 (Financiamento Estruturante) marca o início de um ciclo de reconhecimento da necessidade de fontes de financiamento específicas para áreas sociais estratégicas, determinando a destinação de parte dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração do petróleo e gás natural para a educação e a saúde públicas. Embora

não se refira diretamente à assistência estudantil, essa legislação fundamenta a criação de condições orçamentárias que futuramente sustentariam programas como o PNAES. Essa medida reconhece a educação como prioridade nacional, pavimentando o caminho para o fortalecimento de programas estruturantes (Oliveira, 2016). O redirecionamento de verbas reforça o entendimento de que a democratização do acesso à educação requer não apenas a expansão de vagas, mas também a construção de uma rede de suporte institucional, cuja moradia estudantil é parte essencial.

A Lei nº 14.914/2024 (Institucionalização do PNAES) representa um avanço substancial ao institucionalizar o PNAES no ordenamento jurídico brasileiro. Promulgada em 3 de julho de 2024, essa lei confere segurança jurídica e estabilidade institucional ao programa, que, desde sua criação, em 2008, operava por meio de portarias do Ministério da Educação. A partir dessa lei, o PNAES passa a ter delineamento legal claro, abrangendo eixos de atuação como moradia, alimentação, transporte, saúde, apoio pedagógico, inclusão digital, cultura, esporte e creche. A formalização da assistência estudantil como direito é um marco na história educacional do país. Como destaca o texto da própria lei, o PNAES tem como finalidade assegurar condições de permanência aos estudantes de baixa renda matriculados nas instituições públicas federais de ensino, visando à equidade de oportunidades educacionais (Brasil, 2024, p. 2).

A Lei nº 15.169/2025 (Custeio Exclusivo e Estável), por sua vez, complementa o arcabouço jurídico ao garantir fonte de custeio estável para o PNAES. Promulgada em 15 de julho de 2025, essa legislação determina que parte dos recursos do Fundo Social do Petróleo seja destinada, de forma exclusiva, à execução das ações previstas no PNAES. Essa medida assegura previsibilidade orçamentária e continuidade administrativa às políticas de assistência estudantil. A vinculação de receitas específicas para o financiamento da assistência estudantil constitui um avanço no campo da política educacional brasileira, pois oferece as condições materiais necessárias à efetivação de programas que garantem a permanência qualificada dos estudantes na educação pública (Silva, 2025, p. 88). Esse reforço orçamentário é vital para garantir que os programas não fiquem à mercê de contingenciamentos, fechando o ciclo iniciado com a Lei nº 12.858/2013.

A análise comparativa entre as três leis revela uma progressão lógica e complementar. Assim, enquanto a Lei nº 12.858/2013 estabelece os fundamentos do financiamento para a educação como um todo, a Lei nº 14.914/2024 dá forma e conteúdo à assistência estudantil, e a Lei nº 15.169/2025 provê os recursos necessários para sua implementação continuada e segura. Juntas, formam uma tríade normativa que institucionaliza a assistência estudantil como política de Estado, com amparo legal, financeiro e programático.

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a implementação efetiva dessas leis tem impacto direto sobre a vida dos estudantes. No IF Goiano – Campus Ceres, a política de moradia estudantil é operacionalizada em consonância com os preceitos do PNAES como parte do esforço institucional para garantir a permanência e o êxito escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade.

2.3 A Assistência estudantil e a inclusão educacional

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), as políticas de assistência estudantil se consolidam como elementos fundamentais para a promoção da permanência, do desempenho educacional e da inclusão social. Tais políticas não se limitam a benefícios materiais, mas assumem caráter estruturante ao buscar mitigar desigualdades históricas que impactam diretamente o acesso e a permanência de estudantes oriundos de camadas populares e regiões periféricas no ensino público. Conforme Dourado (2011, p. 308):

A política de assistência estudantil precisa ser compreendida não apenas como política compensatória, mas como um direito educacional. Ela tem papel decisivo na garantia de permanência e sucesso dos estudantes, especialmente daqueles oriundos das classes populares, ampliando as condições reais de equidade e justiça social no âmbito das instituições públicas de ensino.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT), com a criação dos Institutos Federais (IFs), impulsionou a ampliação das políticas de assistência, ancoradas na compreensão de que o sucesso educacional exige também condições objetivas de permanência. Nesse cenário, a moradia estudantil – por meio de residências e alojamentos acadêmicos – emerge como componente essencial para assegurar que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições reais de continuidade em seus estudos.

A residência estudantil, segundo Silva e Oliveira (2015), tem por finalidade assegurar não apenas o acesso físico ao espaço institucional, mas também condições adequadas de vida, estudo e convivência. Ao oferecer habitação gratuita ou subsidiada próxima às instituições de ensino, tais políticas eliminam barreiras geográficas e financeiras que, historicamente, dificultaram a permanência de estudantes das zonas rurais e urbanas empobrecidas. Trata-se de uma política com forte dimensão redistributiva, que concretiza o princípio da equidade no ensino público.

Além de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação e segurança, as residências estudantis fortalecem vínculos sociais e favorecem a formação de redes de apoio entre os residentes. Nesse sentido, Costa (2013, p. 76) afirma:

A convivência em residências universitárias propicia uma experiência formativa singular, pois permite aos estudantes desenvolverem autonomia, senso de coletividade e pertencimento. Tais elementos são cruciais para o êxito acadêmico e para a constituição de sujeitos sociais ativos.

Essa dimensão simbólica e relacional contribui significativamente para o sucesso escolar, pois viver em comunidade favorece o desenvolvimento de competências interpessoais, o enfrentamento conjunto de desafios e o fortalecimento da identidade acadêmica.

Assim, Pinto e Melo (2016) indicam que estudantes beneficiados por políticas de moradia apresentam maior dedicação às atividades escolares e menor incidência de evasão. A residência, ao reduzir pressões financeiras e logísticas, proporciona maior tempo e energia ao estudo, além de facilitar o envolvimento em atividades extracurriculares, como pesquisa, extensão e cultura. Rocha e Costa (2018) acrescentam que tais espaços funcionam como núcleos de socialização política e cultural, ampliando o repertório dos jovens e fortalecendo sua identidade acadêmica.

Contudo, persistem desafios consideráveis, uma vez que a infraestrutura disponível ainda é insuficiente frente à demanda crescente, e muitas residências carecem de manutenção adequada, recursos humanos especializados e apoio psicossocial contínuo. A escassez de vagas, os critérios de seleção e a ausência de políticas institucionais de acompanhamento geram tensões e desigualdades internas (Santos, 2018).

Frequentemente, a moradia é oferecida sem articulação com outras dimensões da assistência, como transporte, alimentação e acesso a materiais didáticos, comprometendo sua efetividade como política integrada de permanência. Desse modo, Oliveira (2020) ressalta:

A integração social e acadêmica é um dos fatores mais determinantes para a permanência escolar. Estudantes que estabelecem vínculos com colegas, professores e com o projeto pedagógico institucional tendem a apresentar maior engajamento, menor evasão e melhor desempenho acadêmico.

A moradia estudantil representa um elemento-chave na construção de uma trajetória acadêmica exitosa para estudantes oriundos de camadas populares. Inserida no âmbito das políticas públicas de assistência estudantil, ela não apenas garante o acesso físico às instituições,

mas também oferece suporte material e simbólico fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais historicamente presentes no cenário educacional brasileiro.

As residências estudantis, ao proporcionar moradia gratuita ou subsidiada, cumprem função estratégica na promoção da permanência, principalmente em contextos nos quais os estudantes precisam se deslocar de zonas rurais ou cidades distantes. Segundo Santos e Silva (2017), a qualidade das residências e a estrutura disponível influenciam diretamente o rendimento escolar e a continuidade dos estudos.

Além de garantir condições básicas, como moradia, alimentação e segurança, esses espaços promovem um ambiente propício para o desenvolvimento social e emocional dos residentes. Rocha e Costa (2018) destacam então que a ausência de preocupações financeiras e logísticas permite maior dedicação às atividades acadêmicas, o que repercute positivamente nos índices de aprovação e participação em atividades extracurriculares.

A moradia estudantil constitui um fator de estabilidade emocional para o estudante. Ao eliminar preocupações cotidianas com deslocamento, alimentação e segurança, a residência contribui para a concentração nos estudos, o engajamento acadêmico e a permanência na instituição de ensino (Rocha; Costa, 2018, p. 57).

Como a convivência em residências universitárias também favorece a formação de redes de apoio interpessoal, Oliveira e Santos (2019) apontam que o suporte coletivo encontrado nesses ambientes reduz o estresse da adaptação à vida acadêmica e fortalece a autoestima dos discentes. Tais redes são particularmente relevantes para estudantes que enfrentam dificuldades sociais, emocionais ou acadêmicas.

O papel das residências estudantis vai além da moradia, visto que elas operam como polos formadores, integrando ações educativas com atividades culturais, de extensão e de pesquisa. Essa integração promove o pertencimento institucional e reforça a identidade acadêmica dos estudantes, elementos cruciais para a sua trajetória educacional. “Ao se configurarem como espaços multifuncionais, as residências estudantis devem ser compreendidas como parte integrante do projeto pedagógico da instituição, contribuindo para a formação cidadã e crítica do estudante” (Oliveira; Santos, 2019, p. 42).

Por outro lado, as residências enfrentam inúmeros desafios. Logo, a infraestrutura deficitária, a ausência de apoio psicossocial contínuo e a escassez de vagas ainda limitam seu potencial de transformação social. De acordo com Santos e Silva (2020), a gestão ineficiente e a falta de recursos impactam diretamente a efetividade das políticas de moradia.

Como se sabe, a integração social e acadêmica dos residentes é um dos principais elementos para o sucesso educacional. Assim, estudantes que se sentem acolhidos e que estabelecem vínculos com a comunidade acadêmica demonstram maior engajamento, reduzindo as taxas de evasão e aumentando o desempenho.

Então, Ferreira e Silva (2019) ressaltam a importância de programas institucionais que promovam atividades complementares, como grupos de estudo, mentorias e ações culturais. Esses programas estimulam a integração dos residentes ao cotidiano acadêmico e ampliam seu repertório formativo. Desse modo:

A convivência diária com outros estudantes, aliada ao apoio institucional, forma uma teia de relações que contribui decisivamente para a resiliência acadêmica dos discentes. A residência se torna, assim, mais do que um abrigo: torna-se um espaço de reconstrução de subjetividades e de superação de vulnerabilidades (Ferreira; Silva, 2019, p. 88).

A evasão escolar permanece como um desafio a ser enfrentado, sobretudo entre os estudantes de baixa renda. Segundo Andrade e Silva (2020), além das dificuldades financeiras, a falta de pertencimento e o descompasso entre as expectativas acadêmicas e a realidade vivida pelos alunos são fatores recorrentes de desistência.

Nesse sentido, as políticas de moradia se apresentam como instrumentos de combate à evasão. Ao garantir condições mínimas de permanência, essas políticas permitem que os estudantes se dediquem integralmente aos estudos, minimizando os fatores de risco relacionados à interrupção da trajetória educacional.

As políticas públicas de moradia estudantil devem, portanto, ser entendidas como parte de um conjunto articulado de estratégias voltadas à equidade no acesso e na permanência. A Lei nº 11.892/2008, que institui os Institutos Federais, reconhece a importância da assistência estudantil como vetor de democratização da educação.

A efetivação do direito à educação passa necessariamente pela criação de condições materiais e simbólicas que permitam ao estudante permanecer e concluir sua formação. A moradia estudantil é uma dessas condições fundamentais, cuja ausência compromete o projeto democrático da educação pública (Almeida; Costa, 2021, p. 133).

Conforme Souza e Gomes (2019), os programas de assistência precisam ser constantemente avaliados, expandidos e adaptados às realidades locais. A moradia, nesse contexto, deve estar integrada a outras ações, como alimentação, transporte, acesso à internet e apoio psicológico. Dados de Pereira e Lima (2020) mostram que estudantes que residem em

moradias vinculadas às instituições apresentam maior taxa de conclusão de curso, maior envolvimento em atividades extracurriculares e melhores índices de desempenho acadêmico. Já Almeida e Ferreira (2022) reforçam que programas de tutoria e acompanhamento individualizado, quando articulados à moradia estudantil, têm potencial para reduzir em até 15% as taxas de evasão, sobretudo entre os estudantes ingressantes.

Contudo, a ampliação dessas políticas esbarra em limitações orçamentárias e em disputas internas sobre as prioridades institucionais. Nesse sentido, Santos e Andrade (2021) alertam que a ausência de planejamento de longo prazo compromete a sustentabilidade das ações. É necessário, portanto, estabelecer marcos normativos e orçamentários que garantam a continuidade das políticas de moradia. A criação de indicadores de avaliação e a escuta ativa dos estudantes residentes também são fundamentais para a qualificação dessas políticas.

A moradia estudantil deve ser reconhecida como política de Estado e não apenas como ação assistencialista. Sua função estratégica no combate às desigualdades, na promoção da equidade e na formação integral dos estudantes justifica investimentos contínuos.

Além dos aspectos materiais, a moradia estudantil promove um ambiente propício ao florescimento intelectual, emocional e social. Trata-se, pois, de um espaço que favorece o diálogo intercultural, o aprendizado coletivo e o exercício da cidadania.

Silva (2017) aponta que o sucesso da política de moradia reside na sua capacidade de acolher a diversidade dos sujeitos que chegam às instituições de ensino. Ao respeitar as múltiplas trajetórias, culturas e vivências, a residência se torna espaço educativo por excelência.

Oliveira (2020), por sua vez, enfatiza que a residência estudantil deve ser compreendida como ambiente formativo, em que se desenvolvem valores como solidariedade, empatia e respeito à diferença, cujos valores são centrais para a formação cidadã e democrática. Sendo assim:

Não basta oferecer um teto: é necessário construir um ambiente de convivência, de aprendizado mútuo, de valorização da diversidade. A residência estudantil é um espaço de humanização das relações, que contribui para a construção de sujeitos críticos e comprometidos socialmente (Oliveira, 2020, p. 77).

Portanto, é preciso fortalecer a dimensão pedagógica da moradia estudantil, integrando-a ao projeto político-pedagógico da instituição. Ações formativas devem ser planejadas com base em diagnósticos participativos e na escuta qualificada dos estudantes.

As experiências exitosas de instituições que promovem articulação entre residência, cultura e extensão podem servir de inspiração para outras unidades da Rede Federal. Essa

articulação permite que a moradia deixe de ser apenas um espaço de sobrevivência e passe a ser ambiente de produção de conhecimento e de transformação social.

Finalmente, a política de moradia estudantil deve ser pensada como vetor de justiça social, uma vez que, ao garantir condições de permanência, ela concretiza o direito à educação como direito humano fundamental, apesar de sua efetivação depender de vontade política, financiamento adequado e compromisso institucional com a inclusão.

O futuro da educação pública passa necessariamente pela consolidação de políticas integradas de assistência estudantil. A moradia, como eixo estruturante dessas políticas, tem papel decisivo na construção de uma educação democrática, emancipatória e verdadeiramente acessível a todos os brasileiros.

2.4 Narrativas de vida, inclusão social e desenvolvimento regional na Educação Profissional e Tecnológica

A metodologia das narrativas de vida tem se consolidado como um instrumento epistemológico robusto para a compreensão dos processos de formação no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio desta abordagem, é possível acessar as dimensões subjetivas e singulares da experiência educativa que, frequentemente, escapam aos métodos quantitativos tradicionais. Josso (2004), ao tratar das experiências de vida e formação, argumenta que o indivíduo é capaz de aprender sobre si e sobre o mundo ao refletir sobre sua própria trajetória, sendo o relato uma forma poderosa de construir e atribuir sentido às vivências passadas.

No contexto desta pesquisa, o método narrativo é utilizado para apreender as histórias de vida dos estudantes residentes. O enfoque na narrativa do discente – e não na autobiografia do autor – é o eixo estruturante da investigação. Isso porque a voz do aluno revela como as políticas de assistência estudantil são vivenciadas, ressignificadas e, em última instância, transformadas em experiência educativa concreta, reconhecendo os processos formativos que ocorrem dentro e fora da escola.

A moradia estudantil, nesse cenário, configura-se como um espaço simbólico e real de constituição de identidades e de memória coletiva. Assim, a convivência nos alojamentos propicia a emergência de uma rede de relações que ultrapassa o convívio meramente cotidiano. As redes de solidariedade, os afetos compartilhados e os desafios enfrentados em comum constituem aprendizagens significativas. Segundo Bolívar, Domingo e Fernández (2001), a

escuta das vozes dos sujeitos permite compreender a educação como uma experiência vivida, permeada por significados e tensões.

A escuta da trajetória do estudante atua, portanto, como um dispositivo de resistência. Ao narrar a própria história, o jovem afirma sua existência e seu direito de pertencer ao espaço escolar, validando sua trajetória como parte do processo de formação. Nesse sentido, Nóvoa (1992) enfatiza que a formação e o conhecimento pedagógico se constroem a partir das histórias que os sujeitos contam de si e dos outros, evidenciando o valor intrínseco da dimensão biográfica para a educação.

As vozes dos estudantes também revelam a complexidade da inclusão social promovida pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT). O Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, por exemplo, recebe estudantes de diversas regiões do país, incluindo municípios com baixos índices socioeconômicos.

As políticas de cotas e assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), têm sido essenciais para garantir que estudantes em situação de vulnerabilidade tenham acesso e permanência na educação técnica e tecnológica (Cunha, 2019). A implementação dessas políticas resulta numa nova configuração do público estudantil, agora mais diversificado em termos de classe, gênero e etnia. Conforme Silva (2021), a política de cotas representa um instrumento poderoso de democratização do ensino e combate às desigualdades históricas. Por outro lado, programas de moradia, alimentação e transporte têm um papel complementar crucial na manutenção do estudante na escola. Então, Oliveira (2022) destaca que a articulação entre as diversas formas de assistência cria um ecossistema de suporte que favorece o desempenho escolar e reduz as taxas de evasão.

A presença dos Institutos Federais em regiões interioranas e periféricas é estratégica para a promoção do desenvolvimento regional. Desse modo, Santos e Pereira (2020) apontam que essas instituições, ao formarem profissionais localmente, estimulam a fixação de mão de obra qualificada nas comunidades, contribuindo para a dinamização socioeconômica. Essa contribuição, no entanto, transcende a dimensão econômica. Ao proporcionarem uma educação crítica, reflexiva e contextualizada, os IFs promovem a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento da cidadania (Lima, 2018).

Nunes (2021) observa que a formação profissional direcionada aos setores produtivos regionais tem contribuído para a dinamização econômica de territórios antes estagnados. Sendo assim, Alves (2019) destaca o papel dos IFs como agentes de transformação social, capazes de mobilizar saberes técnicos e comunitários na construção de soluções para problemas locais.

Apesar desses avanços, desafios estruturais persistem. A infraestrutura dos Institutos, por vezes, não acompanha o crescimento da demanda. Segundo Soares (2021), a ampliação da rede exige investimentos consistentes em laboratórios, residências, bibliotecas e equipamentos tecnológicos. Já Gomes (2020) ressalta a necessidade de atualizar os currículos constantemente, incorporando novas tecnologias e saberes interdisciplinares.

Como a formação docente é outro ponto de atenção, Freitas e Oliveira (2022) defendem que a educação profissional exige um corpo docente preparado, em constante formação, capaz de articular teoria e prática. Além disso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão carece de fortalecimento, visto que sua articulação plena é essencial para maximizar o impacto institucional (Pereira; Almeida, 2021).

Os desafios, contudo, são acompanhados por perspectivas promissoras, como a inovação tecnológica e as parcerias com o setor produtivo, que sinalizam para uma maior inserção dos IFs no desenvolvimento sustentável do país (Martins, 2020).

Os Institutos Federais, por sua localização estratégica e proposta pedagógica, estão vocacionados para atender aos anseios locais e regionais, promovendo não apenas formação profissional, mas também justiça social e desenvolvimento humano (Martins, 2020).

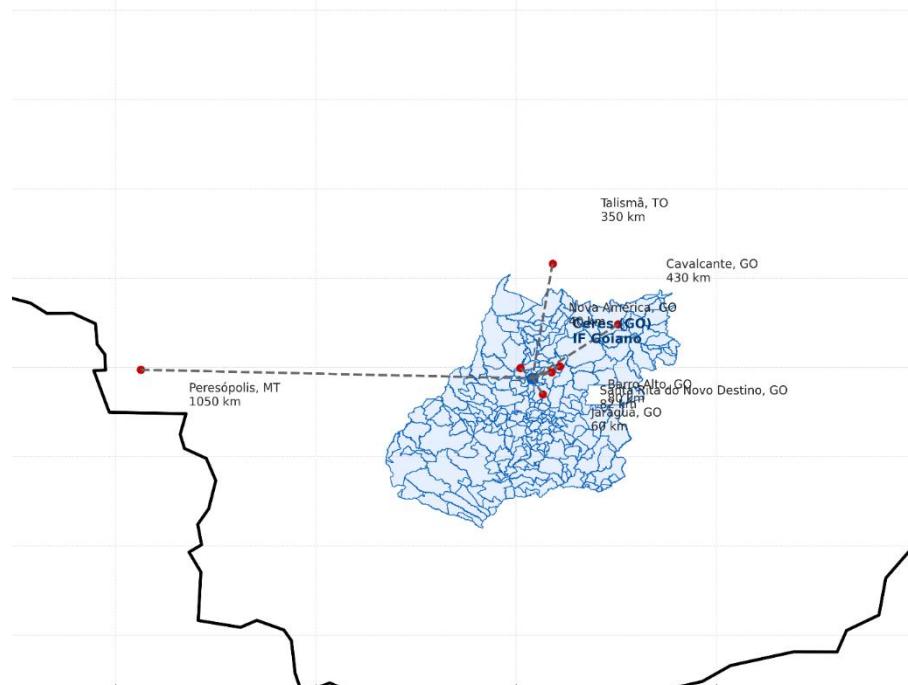
A narrativa de vida, ao lado dos indicadores de inclusão e desenvolvimento, mostra-se como a lente mais adequada para revelar as potencialidades e os limites da educação profissional. Mais do que dados, ela revela sujeitos, histórias, sonhos e rupturas.

Portanto, o presente estudo reafirma a centralidade da experiência como dimensão formadora e da educação profissional como campo de produção de cidadania, justiça e transformação social.

A complexidade da inclusão social na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT) é evidenciada pela diversidade geográfica e socioeconômica de seu público. A materialização dessa inclusão pode ser visualizada no perfil de origem dos estudantes residentes no IF Goiano – Campus Ceres.

A análise espacial revela o impacto da política de moradia como vetor de democratização ao atrair jovens de contextos distantes e, frequentemente, marcados por vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 1 - Origem dos Estudantes da Moradia Estudantil em Relação ao Campus Ceres (GO)



Fonte: Autor (2025).

Essa dispersão geográfica e social reforça o papel do Instituto Federal como polo de desenvolvimento. Assim, o ato de acolher estudantes de diferentes territórios do entorno e de outros estados não apenas amplia o alcance da educação, mas também catalisa um impacto regional que transcende os limites do campus ao promover a circulação de saberes e a fixação de mão de obra qualificada em diversas comunidades.

Os desafios, contudo, são acompanhados por perspectivas promissoras. A inovação tecnológica e as parcerias com o setor produtivo apontam para um futuro de maior inserção dos IFs no desenvolvimento sustentável do país (Martins, 2020).

Os Institutos Federais, por sua localização estratégica e proposta pedagógica, estão vocacionados para atender aos anseios locais e regionais, promovendo não apenas formação profissional, mas também justiça social e desenvolvimento humano (Martins, 2020, p. 87).

A narrativa de vida, ao lado dos indicadores de inclusão e desenvolvimento, mostra-se como lente reveladora das potencialidades e dos limites da educação profissional. Mais do que dados, ela revela sujeitos, histórias, sonhos e rupturas e, portanto, o presente estudo reafirma a centralidade da experiência como dimensão formadora e da educação profissional como campo de produção de cidadania, justiça e transformação social.

2.5 Justiça social, currículo integrado e suas interseccionalidades: perspectivas ampliadas sobre a permanência estudantil

As discussões em torno da permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) requerem um olhar ampliado sobre os mecanismos que produzem desigualdades educacionais e sobre as ferramentas que podem ser mobilizadas para enfrentá-las. A partir dessa perspectiva, é imprescindível considerar os conceitos de justiça social, currículo integrado e interseccionalidade como categorias analíticas que possibilitam compreender as diferentes dimensões que atravessam a trajetória dos estudantes das camadas populares. Nesse contexto, a análise se concentra na interseccionalidade entre classe social, raça/etnia e origem territorial (ou geográfica), e como a articulação desses marcadores de diferença e desigualdade influencia o acesso e a permanência dos discentes na moradia estudantil.

Nancy Fraser (2006), no ensaio “Justiça Social na Era da Política Identitária”, propõe uma teoria da justiça social baseada em três dimensões fundamentais: redistribuição, reconhecimento e representação. Para Fraser (2006), a justiça só pode ser alcançada quando as desigualdades econômicas (falta de recursos materiais), culturais (desrespeito e injúria de status) e políticas (falta de voz e participação) forem simultaneamente enfrentadas, garantindo que todos os sujeitos tenham acesso equitativo aos recursos materiais, sejam reconhecidos em sua identidade e tenham voz ativa nos processos de decisão que afetam suas vidas. A moradia estudantil, como política de permanência, atua diretamente nas dimensões de redistribuição (auxílio material) e reconhecimento (valorização do estudante vulnerável), exigindo que a dimensão da representação (voz e gestão estudantil) também seja contemplada para que a justiça social plena seja alcançada.

No contexto das moradias estudantis, tais princípios revelam-se essenciais. Assim, a redistribuição se concretiza na oferta de serviços que aliviem a pressão financeira sobre estudantes em situação de vulnerabilidade. O reconhecimento se manifesta na valorização das histórias e identidades dos estudantes, muitas vezes invisibilizadas pelas estruturas institucionais, enquanto a representação implica a participação ativa desses sujeitos na construção e avaliação das políticas que os afetam.

Logo, a assistência estudantil deve ir além do amparo material. Ela deve ser compreendida como uma ferramenta de justiça social, promovendo a igualdade de oportunidades de forma ampla e estrutural. Nesse sentido, a permanência não pode ser pensada

apenas como continuidade física na instituição, mas como permanência com qualidade, dignidade e formação integral.

Mas, para que tal formação ocorra, o currículo precisa dialogar com os princípios da educação politecnológica, da interdisciplinaridade e da integração entre saberes. Frigotto (2005) e Ciavatta (2014) defendem então um currículo integrado que supere a dicotomia entre formação geral e profissional, integrando trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Tal proposta está ancorada na concepção de formação omnilateral, voltada para o desenvolvimento pleno do ser humano.

O currículo integrado não apenas promove uma formação mais ampla, mas também contribui para a permanência, ao valorizar os saberes e as experiências dos estudantes, inserindo-os ativamente no processo formativo. Conforme Ciavatta (2014, p. 43):

O currículo deve ser entendido como um processo social que expressa uma determinada concepção de formação humana e de sociedade. A formação integral do sujeito requer, portanto, um currículo que supere a fragmentação do conhecimento, articulando saberes técnicos, científicos, culturais e éticos.

Essa articulação entre currículo e permanência exige que se leve em conta as especificidades dos estudantes, particularmente aqueles que enfrentam diversas formas de opressão e exclusão. Aí, a interseccionalidade surge como categoria analítica fundamental para compreender como diferentes marcadores sociais (como classe, gênero, raça e território) se entrelaçam na experiência educacional.

Crenshaw (1991) cunhou o termo interseccionalidade para destacar a forma como as opressões se sobrepõem e criam experiências únicas de exclusão. Essa abordagem permite analisar a permanência estudantil em sua complexidade, entendendo que um estudante negro, pobre, da zona rural e LGBTQIA+, por exemplo, não enfrenta apenas uma dificuldade, mas uma conjunção de desafios que precisam ser reconhecidos pelas políticas educacionais.

Portanto, a interseccionalidade contribui para um olhar mais atento às múltiplas barreiras que impactam o percurso dos estudantes, uma vez que políticas de assistência que desconsideram essas camadas de opressão tendem a ser ineficazes, reforçando a exclusão ao invés de combatê-la.

As contribuições de Frigotto (2006) mostram que a formação integrada deve considerar o contexto histórico e social dos sujeitos. Segundo o autor, a educação política precisa estar vinculada à formação de sujeitos capazes de compreender e intervir criticamente na realidade em que estão inseridos (Frigotto, 2006).

Dessa forma, pensar a permanência estudantil a partir das lentes da justiça social, do currículo integrado e da interseccionalidade permite uma abordagem mais abrangente e responsiva às demandas concretas dos estudantes. Não se trata apenas de mantê-los fisicamente na escola, mas de promover condições para que aprendam, se desenvolvam, se sintam pertencentes e valorizados.

Na prática, essa perspectiva exige uma revisão das práticas institucionais, desde os critérios de acesso às residências até a proposição de atividades que promovam o pertencimento e a identidade. Assim espaços como rodas de conversa, oficinas temáticas, cine-debates e atividades culturais devem ser integrados à política de moradia, favorecendo o diálogo e a expressão das subjetividades dos estudantes.

Ademais, a gestão da assistência estudantil deve incorporar métodos participativos, envolvendo os estudantes na construção e avaliação das ações, o que se alinha ao princípio da representação, conforme descrito por Fraser (2006), e fortalece o papel do estudante como sujeito ativo em sua formação.

Ao reconhecer os estudantes como sujeitos históricos, a instituição educativa se compromete com a formação cidadã e emancipadora. Mas essa formação só é possível em um ambiente que acolha a diversidade, promova o diálogo e atue no enfrentamento das desigualdades.

O reconhecimento das narrativas de vida, como trabalhado em seção anterior, é essencial nesse processo. Isso porque, ao integrar os saberes experienciais ao currículo e à política institucional, cria-se uma proposta formativa mais coerente com as necessidades reais dos estudantes.

A proposta de produto educacional desta dissertação se insere nesse escopo: um conjunto de ações voltadas à qualificação da moradia estudantil no IF Goiano – Campus Ceres, orientado pelos princípios de justiça social, currículo integrado e interseccionalidade.

Espera-se, com isso, contribuir para uma compreensão mais profunda e crítica da permanência estudantil, promovendo a equidade, a dignidade e a formação integral como diretrizes inegociáveis da educação pública.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa está situada no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco nas políticas de assistência estudantil, especialmente no que tange à moradia institucional como estratégia de permanência e desenvolvimento integral dos estudantes do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. A abordagem adotada é qualitativa por compreender que os significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências são fundamentais para a análise do fenômeno investigado (Minayo, 2012).

Trata-se de uma pesquisa aplicada, com caráter descritivo e interpretativo, uma vez que se propõe a compreender uma realidade vivida, intervir nela por meio da produção de um Produto Educacional e produzir conhecimentos que contribuam para a melhoria das práticas institucionais. O estudo também assume traços autobiográficos e autoetnográficos, uma vez que o pesquisador é servidor da instituição e convive diariamente com os estudantes pesquisados, carregando em si marcas e experiências dessa vivência. Essa implicação consciente e reflexiva sustenta uma postura ética de escuta, empatia e análise compartilhada (Oliveira, 2021).

Para a interpretação dos dados coletados, adotou-se a Análise de Conteúdo, conforme a proposta de Laurence Bardin (2016), compreendida como um conjunto de técnicas sistemáticas de análise das comunicações, que visa à inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens.

O processo analítico seguiu as três etapas clássicas indicadas pela autora: (i) a pré-análise, com a organização do corpus, leitura flutuante das entrevistas e definição dos recortes de análise; (ii) a exploração do material, momento em que foram identificadas unidades de registro e de contexto, permitindo o agrupamento de trechos recorrentes e significativos; e (iii) o tratamento dos resultados e interpretação, fase em que essas unidades foram reunidas em categorias temáticas, construídas de forma indutiva a partir das falas dos estudantes.

As categorias de análise, portanto, emergiram do próprio material empírico, a partir da recorrência de sentidos, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos à vivência na moradia estudantil. Esse procedimento possibilitou compreender os discursos em profundidade, respeitando a subjetividade dos participantes e a complexidade das relações vividas nesse contexto formativo.

3.1 Delineamento da pesquisa

O presente trabalho configura-se como um estudo de caso, realizado no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, tendo como campo empírico a moradia estudantil vinculada aos cursos técnicos integrados. A escolha dessa unidade se deu por duas razões fundamentais: a primeira, pela relevância do tema da permanência estudantil nesse espaço; a segunda, pela imersão do pesquisador na realidade estudada, o que possibilita uma escuta ampliada e uma compreensão sensível das dimensões subjetivas e institucionais envolvidas.

3.2 Estudo de caso: IF Goiano – Campus Ceres

O Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, localizado no coração do estado de Goiás, região do Vale do São Patrício, desempenha papel central na oferta de educação profissional, científica e tecnológica (figura 2). Configura-se como um espaço de formação integral, acessível e de referência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Figura 2 - Fachada Principal do IF Goiano – Campus Ceres



Fonte: autor (2025).

Fundado com o propósito de democratizar o ensino técnico e superior, o campus abriga centenas de estudantes oriundos de diferentes regiões do país, especialmente das zonas rurais e de contextos de vulnerabilidade econômica e social.

A escolha do Campus Ceres como *locus* desta pesquisa fundamenta-se em critérios objetivos e subjetivos. Para além da viabilidade logística, trata-se de um espaço vivido pelo próprio pesquisador, na condição de servidor da instituição. Essa condição permite um olhar interno e sensível sobre os efeitos das políticas de moradia na trajetória educacional dos

estudantes. Trata-se de uma investigação que nasce da experiência e retorna a ela como proposta de transformação. No Campus Ceres, os alojamentos estudantis desempenham um papel crucial no cotidiano de dezenas de estudantes.

A política de assistência estudantil desenvolvida na unidade, com destaque para a moradia, está articulada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pela Portaria MEC nº 39/2007. Essa política busca garantir condições materiais para permanência dos alunos na educação profissional e tecnológica, especialmente daqueles que enfrentam múltiplas formas de exclusão social.

No Campus Ceres, os alojamentos estudantis desempenham um papel crucial no cotidiano de dezenas de estudantes (figura 3).

Figura 3 - Vista da Entrada dos Alojamentos Masculinos



Fonte: autor (2025).

São ofertadas vagas para ambos os sexos, mediante critérios socioeconômicos definidos em editais internos. Os alojamentos, contudo, não devem ser compreendidos apenas como espaço de pernoite, mas como componente vital do processo formativo, influenciando dimensões psicossociais, pedagógicas e culturais da trajetória escolar.

A vivência na moradia estudantil possibilita o desenvolvimento de vínculos, redes de solidariedade e trocas culturais entre estudantes de diferentes realidades. Essas experiências, muitas vezes invisibilizadas nos institucionais, configuram-se como oportunidades de aprendizagem coletiva e humanização dos processos educativos.

Como afirmam Teixeira, Estrela e Fernandes (2020, p. 71), a moradia estudantil não pode ser tratada como política assistencialista e pontual. Ela deve ser reconhecida como espaço pedagógico em potencial, onde se produzem saberes, práticas de convivência e construção de subjetividades que interferem diretamente na trajetória acadêmica dos estudantes.

A estrutura dos alojamentos do Campus Ceres, embora funcional, reflete a insuficiência de investimentos governamentais mais amplos voltados à permanência estudantil. Carece de aprimoramentos e faltam, por vezes, espaços apropriados para os ambientes coletivos de convivência, o que pode comprometer o pleno potencial pedagógico da moradia. Contudo, é fundamental reconhecer o esforço institucional em contornar as limitações orçamentárias e físicas, garantindo que o ambiente, mesmo sendo de estrutura simples, promova a interação e o desenvolvimento integral.

Em resposta à necessidade de socialização e lazer, o Campus Ceres destina e organiza espaços específicos para a recreação e o convívio (figuras 4 e 5). Tais locais incluem salas de TV, áreas de estudo coletivo e, em alguns alojamentos, salas de jogos, que se tornam essenciais para descompressão e para que os estudantes possam construir sua identidade e senso de pertencimento institucional fora da sala de aula.

Esses espaços de interação, mesmo modestos, assumem um papel vital no cotidiano dos residentes. É ali que se estabelecem as redes de apoio informais, onde a convivência diária transcende a logística e se transforma em aprendizagem sobre solidariedade e alteridade. As salas de convivência funcionam como laboratórios sociais, permitindo que os estudantes gerenciem conflitos, desenvolvam autonomia e fortaleçam os laços afetivos que, conforme a literatura, são cruciais para a resiliência acadêmica e a permanência.

Portanto, a moradia estudantil no IF Goiano – Campus Ceres deve ser vista como um território de ambivalências: por um lado, desafiada pela limitação de recursos e infraestrutura; por outro, enriquecida pela intencionalidade pedagógica de seus agentes e pela capacidade dos próprios estudantes de ressignificarem os espaços disponíveis, transformando salas simples em centros de cultura, lazer e formação humana.

Figura 4 - Sala de TV e Jogos do Alojamento Masculino

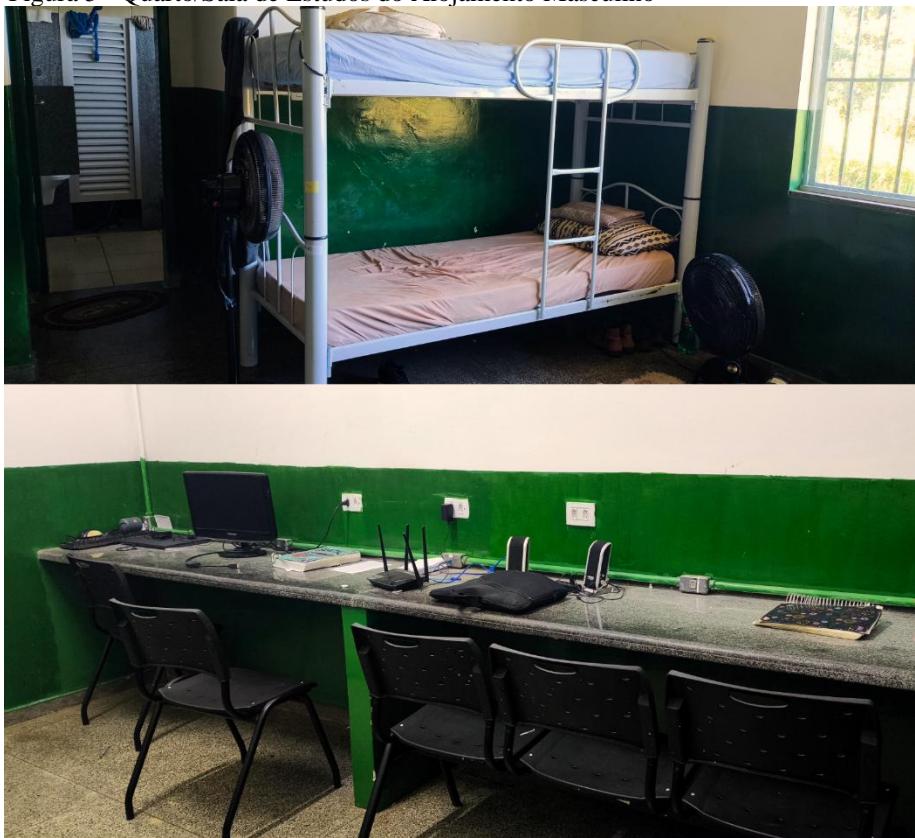


Fonte: autor (2025).

Com base na vivência empírica do pesquisador e nos relatos dos estudantes residentes, identificaram-se dificuldades que vão desde a manutenção da estrutura física até a necessidade de ampliação das vagas disponíveis, especialmente para o público feminino. A ausência de alojamentos adequados para alunas limita o acesso e a permanência das jovens estudantes oriundas de regiões distantes e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses elementos influenciam diretamente o sentimento de pertencimento e o desempenho escolar dos estudantes.

A escassez de investimentos governamentais consistentes em políticas de assistência estudantil revela um hiato entre os avanços legais e a realidade cotidiana vivida pelos estudantes da moradia estudantil. Embora recentemente tenham sido aprovadas leis importantes, como a Lei nº 14.914/2024, que destina recursos para estudantes beneficiados por ações afirmativas, e a Lei nº 15.169/2025, que inclui a assistência estudantil entre as prioridades do Fundo Social, a implementação prática ainda é marcada por insuficiências. Esse cenário evidencia a necessidade de maior compromisso governamental na execução efetiva dessas políticas, assegurando que os direitos previstos em lei se concretizem em condições dignas de permanência.

Figura 5 - Quarto/Sala de Estudos do Alojamento Masculino



Fonte: autor (2025).

Barbosa e Lima (2022) defendem que a moradia estudantil, para cumprir seu papel formador, deve estar articulada com outras políticas do campus, como ensino, pesquisa, extensão e cultura. A ausência dessa articulação fragiliza o impacto da residência sobre a trajetória dos estudantes e limita seu papel como política de permanência qualificada.

Segundo esses autores, não basta garantir a habitação; é necessário planejar pedagogicamente o cotidiano desses espaços, promovendo ações intencionais de formação, socialização e acolhimento, que permitam ao estudante desenvolver-se integralmente para além do desempenho acadêmico (Barbosa; Lima, 2022).

No Campus Ceres, percebe-se um esforço institucional para ampliar as políticas de permanência, sobretudo mediante editais internos de apoio financeiro, isenção de taxas e programas de acompanhamento pedagógico.

Assim, o presente estudo, ao propor um produto educacional voltado à melhoria da política de moradia no Campus Ceres, busca justamente construir estratégias que dialoguem com essa realidade vivida. A proposta visa integrar dimensões estruturais e simbólicas, contemplando tanto o espaço físico quanto as práticas pedagógicas e relacionais no cotidiano da residência.

É preciso então pensar a moradia não como um privilégio ou favor institucional, mas como um direito dos estudantes em condição de vulnerabilidade. Esse direito, no entanto, precisa ser continuamente reafirmado e requalificado para responder às transformações sociais e educacionais da contemporaneidade.

A realidade do IF Goiano – Campus Ceres espelha, em escala local, os dilemas enfrentados por muitos Institutos Federais na gestão de políticas de permanência. Desse modo, a experiência aqui analisada serve como amostra das potencialidades e limites da assistência estudantil em instituições de ensino público federal.

Conforme destacam as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e Tecnológica, é dever das instituições públicas garantir uma formação integral que contemple o ser humano em suas múltiplas dimensões (Brasil, 2012), o que inclui pensar a política de moradia como parte desse projeto maior.

Ao final, o Campus Ceres desponta como um espaço em construção permanente. Seus desafios, apesar de significativos, são também oportunidades para reimaginar o papel da residência estudantil como parte indissociável da missão institucional dos Institutos Federais.

3.3 Participantes da pesquisa

Participaram desta investigação nove estudantes residentes da moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres, selecionados por meio de amostragem intencional, conforme os objetivos da pesquisa. A escolha dos participantes considerou os seguintes critérios:

- (a) diversidade de cursos, contemplando estudantes do Ensino Médio Integrado, especialmente dos cursos técnicos em Agropecuária e Informática para Internet, bem como estudantes do curso de Zootecnia, no Ensino Superior;
- (b) diversidade de gênero;
- (c) diferentes trajetórias acadêmicas, incluindo estudantes com percursos marcados pela permanência contínua e outros atravessados por dificuldades acadêmicas; e
- (d) tempo de permanência na moradia estudantil, abrangendo estudantes recém-ingressos e aqueles com maior tempo de vivência no alojamento.

Todos os participantes estavam regularmente matriculados e vinculados a programas de assistência estudantil no momento da coleta de dados, que ocorreu no ano de 2025. Os nomes dos participantes foram substituídos por pseudônimos a fim de preservar sua identidade e garantir a confidencialidade das informações.

O quadro 1 tem como objetivo apresentar o perfil dos entrevistados de forma objetiva, mantendo o anonimato e a ética da pesquisa.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes

Codinome	Idade	Cidade/Origem	Cota/Origem Familiar	Curso/Año
Davi	17	Cavalcante-GO	Quilombola	Zootecnia (1º Período)
Gláucia	16	Barro Alto-GO	Assentada	Informática (2º Ano)
Gustavo	18	Cavalcante-GO	Quilombola	Zootecnia (1º Período)
João	17	Cavalcante-GO	Quilombola	Zootecnia (1º Período)
Marcos	17	Jaraguá-GO	Pardo	Agropecuária (3º Ano)
Sílvio	17	Peresópolis -MT	Negro/Pardo	Informática (3º Ano)
Esther	17	Talismã-TO	Assentada	Agropecuária (3º Ano)
Mariana	16	Nova América-GO	Indígena	Agropecuária (1º Ano)
Pedro	17	Santa Rita-GO	Quilombola	Informática (3º Ano)
Talles	20	Santa Tereza-GO	Negro/Pardo	Sistema de Informação 4º Período

Fonte: elaborado pelo autor.

3.4 Instrumentos e técnicas de construção de dados

A construção de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo que os sujeitos compartilhassem livremente suas experiências, percepções e sentimentos sobre a vivência na moradia estudantil. As entrevistas seguiram um roteiro com temas norteadores, mas mantiveram abertura para que os participantes explorassem livremente os aspectos mais significativos de sua trajetória (Jovchelovitch; Bauer, 2002).

As entrevistas foram gravadas com consentimento dos participantes e transcritas integralmente. Além disso, foram consultados documentos institucionais, como regulamentos internos da moradia e relatórios da assistência estudantil.

3.5 Interpretação dos dados

Os dados construídos por meio de entrevistas junto aos residentes revelaram que a maioria dos estudantes percebe a moradia como essencial para sua permanência. Muitos afirmaram que, sem o apoio da residência, não teriam condições materiais de estudar. Ainda assim, expressaram importância de um acolhimento inicial mais consistente, e a ampliação de espaços de escuta e mediação de conflitos.

Os dados apontam para a necessidade urgente de um redesenho da política de moradia, com ênfase na escuta ativa dos sujeitos envolvidos e na construção participativa de normas e rotinas. Tais medidas não apenas democratizariam a gestão da moradia, mas também promoveriam o protagonismo discente.

Nesse sentido, seria interessante fortalecer o senso de comunidade entre os residentes por meio de atividades culturais, recreativas e formativas. Para tanto, iniciativas como rodas de conversa, oficinas de autoconhecimento, grupos de leitura ou sessões de cinema configuram alternativas viáveis e de baixo custo que podem enriquecer a experiência de moradia estudantil.

A análise dos dados seguiu as etapas da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), dividida em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das transcrições e documentos, buscando-se familiarizar com o conteúdo e identificar unidades de registro. Em seguida, na fase de exploração, procedeu-se à codificação e categorização do material, agrupando os dados em eixos temáticos, tais como: vínculos afetivos, conflitos na convivência, rotina institucional, impacto no desempenho escolar, sonhos e projetos de vida.

Na etapa de interpretação, os dados foram articulados ao referencial teórico apresentado no Seção 2, especialmente às discussões sobre formação integral, juventudes, pertencimento institucional, assistência estudantil e educação emancipatória. A metodologia de Bardin (2016) permitiu uma leitura aprofundada e sensível dos discursos, respeitando suas singularidades e revelando aspectos estruturais da realidade estudada.

3.6 Ética na pesquisa

A pesquisa seguiu os princípios éticos preconizados pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da investigação, a voluntariedade de sua participação e o direito de desistirem a qualquer

momento. O TCLE foi assinado por todos os entrevistados, assegurando o sigilo das informações e o uso das falas exclusivamente para fins acadêmicos.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob Parecer nº 75416223.7.0000.0036, conforme exigência institucional e legal.

3.7 Limitações da pesquisa

Reconhece-se que, por se tratar de um estudo de caso com base em narrativas individuais, os resultados não têm caráter generalizável. No entanto, eles oferecem contribuições relevantes para a compreensão das interfaces entre moradia, formação e permanência na EPT, além de sugerirem possibilidades de intervenção institucional. A posição do pesquisador como membro da instituição pode ter interferido nas respostas, mas também ampliou a empatia e a escuta cuidadosa, favorecendo o aprofundamento qualitativo da análise.

3.8 Procedimentos para elaboração do Produto Educacional

O Produto Educacional (PE) desenvolvido nesta dissertação consiste em um curta-metragem documental com aproximadamente 20 minutos de duração, intitulado *Histórias que moram aqui: a moradia como espaço de formação*. O filme retrata o cotidiano de estudantes da moradia do IF Goiano – Campus Ceres, articulando imagens do ambiente, cenas do cotidiano e trechos das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa.

O objetivo do documentário é sensibilizar a comunidade acadêmica e gestores institucionais sobre a importância da moradia estudantil como espaço formativo, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de permanência.

A construção do documentário envolveu três fases:

Pré-produção: definição do roteiro, visitas técnicas, seleção de entrevistados e elaboração de termos de cessão de imagem;

Produção: captação de imagens e entrevistas com estudantes, familiares, professores e gestores, utilizando equipamento audiovisual profissional;

Pós-produção: edição, tratamento de imagem e som, inserção de trilha sonora, legendas e finalização do material.

A estrutura narrativa do filme acompanha a lógica analítica da pesquisa e está organizada em três blocos: chegada e adaptação, cotidiano e conflitos, e sonhos e

pertencimento. O curta foi disponibilizado na Plataforma EduCAPES, após validação pela banca e eventuais ajustes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Histórias que moram no Campus Ceres: narrativas de estudantes da moradia estudantil

Optou-se por intitular esta seção como “Histórias que moram no Campus Ceres” por compreender que a moradia estudantil ultrapassa sua função material de abrigo e se constitui como um espaço simbólico de experiências, vínculos, conflitos, aprendizagens e produção de sentidos. As narrativas aqui apresentadas não dizem respeito apenas à permanência física dos estudantes no campus, mas às trajetórias de vida que se constroem e se transformam nesse espaço institucional. Ao dar centralidade às vozes dos estudantes residentes, esta seção busca evidenciar como a moradia estudantil se inscreve em suas histórias pessoais, acadêmicas e identitárias, reafirmando a perspectiva (auto)biográfica adotada na pesquisa e o compromisso com uma escuta sensível das experiências vividas no IF Goiano – Campus Ceres.

Com o intuito de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os nomes verdadeiros dos entrevistados foram cuidadosamente substituídos por codinomes fictícios. Essa medida segue os preceitos éticos recomendados para pesquisas com seres humanos, garantindo o anonimato, a privacidade e a confidencialidade das informações fornecidas. Todos os participantes assinaram o TCLE, assegurando sua concordância com a participação na pesquisa e a utilização dos dados de forma acadêmica e responsável. A escolha por codinomes visa, ainda, humanizar a análise sem comprometer a integridade dos dados nem a identificação dos sujeitos envolvidos.

Sendo assim, esta seção detalha o processo de análise dos dados qualitativos, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes da moradia estudantil do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. O objetivo é apresentar os achados da pesquisa, utilizando o método de Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), como arcabouço teórico-metodológico.

A Análise de Conteúdo, conforme preconizada por Bardin (2016), permite a sistematização e a interpretação de informações, transformando dados brutos em uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado. Em pesquisas que abordam vivências subjetivas, como esta, o método é fundamental para conferir objetividade e científicidade à interpretação. Para tanto, o processo analítico foi dividido em três fases interconectadas: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados e a interpretação.

Etapa 1: Pré-análise

A primeira fase da análise, a pré-análise, teve como ponto de partida a leitura flutuante de todas as entrevistas transcritas, cujo processo permitiu uma familiarização com o material e a identificação das principais linhas de força que perpassavam as narrativas. O corpus da pesquisa foi então constituído pelas 9 (nove) entrevistas realizadas com os estudantes, totalizando 99 páginas de texto transcrito.

A unidade de registro, elemento mínimo de significação a ser analisado, foi estabelecida como a fala do estudante (uma frase, um parágrafo ou uma ideia completa), que expressasse percepções, sentimentos, desafios ou contribuições relacionadas à vivência na moradia estudantil. As entrevistas foram codificadas e organizadas por similaridade temática, respeitando critérios de exaustividade, representatividade e homogeneidade, como orienta Bardin (2016).

Etapa 2: Exploração do material – Categorias Emergentes

A segunda fase, a exploração do material, constituiu o cerne da análise, na qual o corpus foi sistematicamente codificado e categorizado. A partir da codificação minuciosa das unidades de registro, as falas foram agrupadas por similaridade temática, seguindo um processo de categorização indutiva. Isso significa que os núcleos temáticos não foram predefinidos, mas emergiram diretamente dos dados empíricos, com base na recorrência e na densidade das falas. O processo resultou na emergência de cinco categorias centrais que, juntas, forneceram uma visão abrangente dos impactos da moradia estudantil na vida dos participantes (Quadro 2).

Quadro 2 - Estrutura analítica de categorias

Categorias	Descrição	Exemplo de fala
A moradia como fator para a permanência	Aspectos financeiros e sociais que tornam o alojamento indispensável para a permanência dos estudantes de baixa renda.	"Se não tivesse o alojamento, eu não viria pra cá, porque é um gasto muito elevado..."
Convivência, laços de solidariedade, amadurecimento pessoal e desafios estruturais	Criação de laços de amizade e solidariedade, e o desenvolvimento de maturidade e autonomia. Problemas de infraestrutura.	"A gente cria uma família ali embaixo. [...] É um convívio muito grande." "A gente divide o quarto com várias pessoas, tem barulho, pouca privacidade...".

Categorias	Descrição	Exemplo de fala
Choque de realidade e acolhimento	Os desafios de adaptação, a sensação de desamparo e a falta de programas de recepção formal.	"Quando cheguei aqui, ninguém me explicou como funcionava o alojamento. Fiquei perdido."
Formação integral	A percepção dos estudantes de que a moradia contribui para o seu crescimento pessoal e profissional.	"Aqui é como se fosse um treinamento realmente pra vida adulta."

Fonte: autor (2025).

4.2 A moradia estudantil como fator para a permanência

A análise dos depoimentos revelou que a moradia estudantil não é apenas um benefício suplementar, mas um pilar central que possibilita o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda. As falas dos entrevistados são unânimes em apontar a inviabilidade de estudar no Campus sem o apoio do alojamento institucional. Sílvio (natural do Amazonas, morador de Peresópolis-MT), por exemplo, afirma que:

Eu não teria como estar aqui. Se não tivesse o alojamento, eu teria que ficar na minha cidade ou procurar outra coisa para fazer. A gente não tem condições de bancar aluguel aqui perto, nem transporte. A moradia é a única coisa que me permite estudar.

Gláucia (de Barro Alto-GO) reforça a dimensão da oportunidade:

Se não fosse o alojamento, eu estaria em casa, parada, porque é muito longe. É uma economia muito grande para a minha família. O alojamento foi o que fez a diferença para eu sair da minha comunidade e vir estudar.

Essa mesma percepção é compartilhada por Pedro (quilombola de Barro Alto-GO), que afirma que:

A gente da comunidade quilombola não teria essa chance. O IF está longe da gente. Só com a moradia a gente conseguiu vir e ter o apoio para se concentrar no estudo. É um direito que a gente conseguiu.

Para Davi (quilombola de Cavalcante-GO):

É uma questão de justiça. As pessoas acham que é só vir e estudar, mas a gente precisa do básico. O alojamento não é luxo, é necessidade. É o que garante que eu não vou ter que desistir no meio do ano.

Esther (assentada de Talismã-TO), ao ser questionada sobre a relevância do programa, declara:

Quando a gente sai do assentamento, não tem para onde ir. Sem a moradia, eu teria que ter abandonado o curso. É uma segurança para a gente conseguir terminar e ter um futuro melhor.

João (quilombola de Cavalcante-GO) menciona que a mãe só se tranquilizou com a mudança quando soube da existência do alojamento:

Minha mãe ficou mais tranquila porque sabia que tinha um lugar para eu morar e comer. Ela não teria dinheiro para me sustentar em outra cidade. A moradia tirou um peso das costas dela.

Mariana (indígena) é direta ao afirmar que:

É a chance da gente, de sair de lá e ter uma vida diferente. Sem a moradia, essa chance não existiria. É a permanência.

Essa percepção é um consenso entre os entrevistados, corroborando a literatura que comprehende a moradia estudantil como uma política de inclusão indispensável para a democratização do acesso à educação profissional.

O coro uníssono dos estudantes residentes, especialmente daqueles provenientes de comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) e assentamentos, demonstra que a moradia estudantil transcende o caráter assistencial, configurando-se como um fator de justiça social e de equidade no acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Onde o capital econômico e geográfico inviabilizar a permanência, a moradia opera como um mecanismo de reparação histórica e de fomento à inclusão.

Conforme Dourado (2011), a política de assistência estudantil, formalizada pelo PNAES, é a condição material para a democratização do ensino superior e profissional, garantindo que o direito à educação, previsto na Constituição (Brasil, 1988), não seja negado pela vulnerabilidade socioeconômica. Sem esse suporte, a própria função social dos Institutos Federais, que é a de promover o desenvolvimento local e a formação integrada, seria comprometida pela evasão precoce dos estudantes que mais necessitam do projeto formativo (Santos, 2018; Pereira; Lima, 2020).

4.3 Convivência, laços de solidariedade e amadurecimento pessoal

Apesar dos desafios inerentes à convivência em ambientes coletivos, a moradia emerge como um espaço de formação humana e de construção de laços afetivos. Assim, os estudantes relataram a criação de uma “nova família”, onde a ajuda mútua e a solidariedade são constantes.

Então, Davi, ao descrever a convivência, diz que:

Os mais velhos ajudam os mais novos, e que os servidores, ainda mais, ajudam nós com o que for possível.

Gláucia narra um episódio que ilustra a profundidade desses laços:

Quando minha avó faleceu, eu não podia ir ficar com meu pai, mas meus amigos estavam sempre do meu lado.

Sílvio, que se sente mais isolado por ser de longe, também destaca o papel de alguns servidores:

Os servidores sempre são bem atenciosos, conversam, ajudam no que podem.

Marcos (de Jaraguá-GO) reforça o papel do alojamento no amadurecimento:

Eu já posso estar mais preparado para a vida adulta.

Talles (de Santa Tereza-GO), em uma reflexão profunda, resume a experiência como uma:

Amostra grátis do que é a vida real lá fora, e ele te prepara pra viver a sua vida só que em um ambiente controlado.

A convivência, embora, por vezes, tensa, é vista como um campo de aprendizado. Esther, que se considera “antisocial”, reconhece:

Eu fiz amizades aqui, que eu quero levar pra vida inteira.

O alojamento, portanto, atua como um laboratório de vida, onde se desenvolvem competências de convívio social, autonomia e resiliência. A redefinição do grupo de

convivência como uma "nova família" e a constante menção à solidariedade e à ajuda mútua confirmam que a moradia é um espaço de formação e intercâmbio de laços.

A criação desses laços de confiança e cooperação entre pares atua como um mecanismo compensatório para os estudantes em vulnerabilidade, reforçando sua resiliência e pertencimento, o que é crucial para o êxito acadêmico (Rocha; Costa, 2018). Essa experiência coletiva de adaptação, vista por Talles como uma "amostra grátis da vida adulta", promove o amadurecimento e a autonomia, transformando a moradia em um laboratório biográfico. Tal processo de reflexão e autoconstrução do sujeito, a partir das vivências em comunidade, alinha-se diretamente com o conceito de experiências de vida e formação (Josso, 2004), evidenciando que os aprendizados mais significativos ocorrem na interseção entre o cotidiano e o projeto educativo.

4.4 Acolhimento e o choque de realidade

Diversas falas indicam que a chegada à moradia estudantil representa um momento de forte transição, marcado pelo contraste entre a vida anterior e a nova rotina dentro da instituição. Esse choque de realidade foi um tema recorrente, sinalizando a importância de estratégias que favoreciam uma adaptação mais tranquila para os novos residentes.

Gustavo (quilombola) revela a dificuldade inicial de adaptação:

Minha dificuldade era adaptar, nós veio seis de lá, no começo só andávamos nós mesmos, não conversávamos com ninguém.

João (quilombola) compartilha as dificuldades na adaptação à moradia:

Nós tivemos bastante dificuldade para fazer amizade aqui também, porque nós éramos tudo meio matutinho, não sabíamos conversar, tínhamos vergonha, tímido.

Mariana (indígena), que estudava em uma escola com ensino a distância, afirma que:

O início foi muito difícil.

Para Marcos, o maior desafio foi o começo:

Eu acho que foi quando eu comecei aqui, por causa que, como eu nunca tinha ficado longe de casa, tive uma grande dificuldade de ficar aqui, porque a gente chega, a gente mora com gente que a gente não conhece.

Talles também sentiu o impacto:

Foi um baque, ter vindo de uma escola pública pra cá, pelas questões de disciplinas diferentes, por exemplo, física, química, que a gente não estudava lá na minha cidade.

Pedro (quilombola) descreve a experiência do primeiro ano:

Como um “choque muito grande” ao sair de uma escola municipal para uma federal.

O sentimento de desorientação e a dificuldade em estabelecer vínculos, recorrentes nos relatos dos estudantes oriundos de contextos rurais e de comunidades tradicionais, evidenciam a existência de uma dupla transição na experiência da moradia: a transição geográfica e a transição cultural. O "baque" ou "choque de realidade" vivido por Talles e Pedro ilustra a permanência da dualidade estrutural na educação brasileira, onde a EPT federal, apesar de inclusiva, exige um capital cultural prévio que muitas vezes é inacessível à juventude de baixa renda (Frigotto, 2005).

Desse modo, a ausência de uma acolhida estruturada potencializa esse desamparo, tornando o processo de adaptação uma experiência solitária. Sendo assim, a superação desse desafio depende da capacidade do indivíduo transformar a vivência em aprendizado, em um processo de autorreflexividade biográfica (Josso, 2004), o que, na prática, reforça a urgência de a instituição fornecer um acolhimento ativo (Silva, 2017) que minimize o risco de evasão e promova, desde o ingresso, o sentimento de pertencimento e a inclusão plena.

4.5 Desafios estruturais, sociais e de convivência

Apesar dos benefícios, a moradia estudantil também apresenta desafios complexos, visto que os entrevistados mencionaram as dificuldades de adaptação à rotina, às regras e, principalmente, aos conflitos de convivência.

Sendo assim, João menciona os desafios de conviver com “os parceiros do quarto”:

Você já é acostumado a morar só você e sua família, mas quando você chega aqui, você tem que aprender a lidar com novas pessoas, mas acaba que não aprende a lidar com essas pessoas, acaba criando conflitos.

Esther aponta para:

A “discussão” e o “murmurinho” que ocorrem no alojamento, podendo evoluir para agressões verbais ou físicas.

Mariana reporta ter sido vítima de preconceito por ser indígena:

Tem uma menina lá da casa que faz preconceito. Mas, tá tudo bem.

Sílvio revela a dificuldade de adaptação com os colegas:

Com os alunos, é meio “cada um por si”. [...]. Então sinto um pouco de dificuldade por ser mais tímido.

Marcos também conta que no primeiro ano:

Sofri um pouquinho, por causa que as pessoas ficavam fazendo brincadeira e eu não gosto muito de brincadeira.

A fala de Talles ilustra a forma como os conflitos são vistos:

Eu sempre acreditei nisso, que dá pra resolver as coisas com conversa mesmo.

Os desafios revelados nos depoimentos são de natureza complexa, abarcando as limitações estruturais e as tensões microssociais do convívio. A recorrência de conflitos e a percepção de um ambiente de "cada um por si" (Sílvio) são agravadas pela carência de infraestrutura e de acompanhamento psicossocial, elementos cruciais para a gestão de residências acadêmicas (Santos, 2018). Contudo, o relato de Mariana sobre o preconceito por ser indígena expõe um nível mais profundo de injustiça: a violência simbólica. Tal situação demonstra que as desigualdades não são apenas econômicas, mas se manifestam na interseccionalidade de marcadores sociais (étnico-racial e territorial), violando o reconhecimento e a representação no espaço escolar, conforme abordado por Crenshaw (1991).

A resolução desses conflitos por meio do diálogo aponta, todavia, para o potencial emancipatório do ambiente. É nesse ponto que a moradia, como território educativo, exige a construção de práticas dialógicas e horizontais capazes de superar a lógica bancária da educação, como defendido por Freire (1996).

4.6 A Moradia como espaço de formação integral e profissional

Além da dimensão acadêmica, a vivência na moradia é percebida como um campo de formação integral, onde a autonomia e a responsabilidade são os principais aprendizados. Nesse sentido, Davi (quilombola) destaca:

A importância de aprender a “viver sem estar nas costas dos pais”.

Gláucia afirma que no alojamento:

Aprendi a lavar minha roupa, às vezes fazer minha comida, comprar remédio quando estou doente.

Marcos complementa que essa experiência o fez:

Ser uma pessoa mais responsável.

Pedro (quilombola) reitera que o alojamento:

Tem construído um treinamento realmente pra vida adulta.

João expressa o crescimento pessoal em sua fala:

Essa experiência ajudou a mudar o meu estilo de viver, como montar a rotina, aprender a lidar com as pessoas, a poder também aprender. Ajudou a ter mais responsabilidade.

Gustavo (quilombola) acredita que o alojamento o ajudou a:

Se tornar uma pessoa com mais tempo para estudar, mais tempo para dedicar ao estudo.

Sílvio (de Peresópolis-MT) comenta que na moradia consegue:

Ter mais foco na minha formação. A vivência coletiva, com suas regras e desafios, é percebida como uma oportunidade de amadurecimento e de preparação para os desafios do futuro.

Os relatos que conectam a moradia à "vida adulta" e à aquisição de "responsabilidade" atestam a eficácia da residência como espaço formador, que contribui substancialmente para o conceito de formação integral na EPT. A capacidade de gerenciar rotinas, finanças e o próprio autocuidado (Gláucia) é um avanço na formação omnilateral do sujeito (Frigotto, 2005), pois alinha a dimensão técnica do curso à dimensão ética e social, essenciais para o pleno desenvolvimento do trabalhador. Essa autonomia conquistada, como expressada por Davi, revela que o estudante se engajaativamente em um processo de autoformação, transformando a experiência vivida em conhecimento e amadurecimento. Essa reflexão sobre a própria trajetória como ato de conhecimento é o cerne da formação biográfica (Josso, 2004), o que exige práticas pedagógicas dialógicas e horizontais para fomentar a emancipação e a capacidade de intervenção crítica na realidade, conforme defendido por Freire (1996). A residência estudantil, portanto, configura-se como um território de práxis, onde as condições materiais de permanência são transformadas em condições subjetivas de sucesso.

O processo de Análise de Conteúdo, orientado por Bardin (2016), ao desagregar o material em unidades de registro e categorias temáticas, culminou na reconstrução de uma compreensão holística das experiências dos estudantes. Esta etapa final não se limitou à organização, mas estabeleceu o diálogo crítico entre os dados empíricos e o referencial teórico que embasa a pesquisa.

Os achados reforçam a urgência da moradia estudantil como política pública e seu papel na inclusão e permanência de grupos historicamente marginalizados. A interpretação demonstrou que, para além da função de permanência, a moradia é um espaço educativo de grande relevância, onde se desenvolvem a autonomia, a resiliência e a capacidade de convívio social. As dificuldades relatadas, e os desafios de convivência, não invalidam a experiência, mas a humanizam, revelando os obstáculos superados e a importância da rede de apoio informal que os estudantes constroem entre si e com os servidores.

Assim, a recorrência de temas como a necessidade de apoio financeiro, a importância dos laços de amizade e a formação de maturidade sugere uma forte articulação entre os aspectos materiais e subjetivos da vivência estudantil. A discussão estabelecida nas seções anteriores cruzou esses temas emergentes com as categorias de justiça social (Fraser, 2006) e formação integral (Frigotto, 2005) no contexto da EPT, conferindo a densidade analítica requerida. Ao dar voz a esses estudantes e sistematizar suas experiências, este trabalho contribui para que as vozes muitas vezes invisibilizadas da moradia estudantil sejam ouvidas, compreendidas e transformadas em ação.

Concluir esta seção representa mais do que o encerramento de uma etapa descritivo-analítica. Significa, sobretudo, devolver sentido e reconhecimento às vozes que, generosamente, aceitaram partilhar suas experiências de vida na moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres. As narrativas que emergiram das entrevistas revelaram muito mais do que dados brutos: expressaram emoções, dilemas e potências humanas que atravessam a vivência de quem estuda longe de casa e busca, cotidianamente, construir um futuro possível.

Durante a escuta dos participantes, não me coloquei, enquanto pesquisador, na posição neutra e distanciada de quem observa de fora. Ao contrário, como alguém que frequenta esses mesmos corredores, reconheci em cada depoimento não apenas uma história única, mas fragmentos de um cotidiano que, de certa forma, também faço parte. Essa proximidade não comprometeu a análise, mas, antes, permitiu maior densidade ética e epistemológica à interpretação dos dados.

As falas revelaram um cotidiano de luta e persistência, visto que muitos estudantes relataram a exaustão física provocada por rotinas intensas, a saudade da família, os conflitos de convivência e o sentimento constante de vulnerabilidade. Mas também expressaram esperança, amadurecimento e a construção de vínculos afetivos que muitas vezes substituem a ausência do lar. A moradia estudantil apareceu, assim, como espaço ambíguo: simultaneamente abrigo e desafio, refúgio e escola de vida.

Dentre os aspectos mais tocantes, destacou-se a capacidade dos estudantes de transformar escassez em potência. Apesar das limitações estruturais e da necessidade de fortalecer as práticas de acolhimento, muitos entrevistados relataram conquistas acadêmicas importantes, como construção de amizades duradouras e fortalecimento de sua autonomia pessoal. O alojamento, em muitos casos, não apenas viabilizou a permanência física no curso, mas foi determinante na manutenção da saúde mental e da motivação para seguir.

Outro ponto recorrente nos relatos foi o impacto simbólico da escola em suas trajetórias. Para muitos, estar no Instituto significou mais do que acessar um curso técnico ou profissionalizante; representou a possibilidade concreta de romper com ciclos de exclusão, de se enxergar como alguém com direitos, talentos e perspectivas. Em contextos marcados historicamente pela escassez de oportunidades, o simples ato de sonhar com uma graduação ou com a estabilidade profissional já representa um movimento de resistência e emancipação.

Contudo, também emergiram críticas importantes. Isso porque as falas apontaram limitações na infraestrutura disponível, ausência de espaços adequados para convívio coletivo e de ações mais consistentes de acompanhamento psicológico. Esses dados não devem ser compreendidos como exceções, mas como sinais de que ainda há um longo caminho a ser

percorrido no aprimoramento das políticas de assistência estudantil, especialmente no que se refere à moradia.

Em especial, a percepção da ausência de mecanismos mais estruturados de recepção e orientação aos novos moradores destacou-se como um ponto relevante. As dificuldades iniciais de adaptação e a recorrente sensação de insegurança nas primeiras semanas reforçam a importância de instrumentos pedagógicos que favoreçam a integração e o sentimento de pertencimento desde o ingresso.

As narrativas também ressaltaram que o alojamento não é um espaço neutro: é um território de encontros, disputas, afetos e aprendizagens que extrapolam a dimensão acadêmica. A moradia se revelou como território educativo onde o estudante aprende a negociar limites, cuidar de si e dos outros, lidar com frustrações, reorganizar prioridades e projetar o futuro.

Ao longo da análise, tornou-se evidente que as políticas públicas voltadas à permanência estudantil não podem ser tratadas como medidas pontuais. Logo, elas precisam ser pensadas como parte de um projeto educativo maior, que reconheça os sujeitos em sua complexidade e que promova não apenas o acesso à escola, mas também as condições reais para que nela permaneçam com dignidade, saúde e desenvolvimento integral.

Mais do que uma seção de resultados, esta análise é um retrato sensível de uma realidade que ainda exige atenção, investimento e transformação. O que se pretendeu aqui não foi apenas sistematizar informações, mas provocar reflexão, estimular a escuta ativa e convocar a comunidade escolar a revisitar seus compromissos com a inclusão e a equidade.

Ao final deste processo, reafirmamos a importância de construir políticas de assistência estudantil que transcendam a lógica da emergência e da precariedade, caminhando em direção a práticas institucionais mais acolhedoras, integradas e comprometidas com a formação integral dos sujeitos. As falas aqui registradas são, em última instância, convites à ação: que possamos ouvir, aprender e agir com base no que os estudantes têm a nos dizer.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) resultante desta pesquisa é um curta-metragem documental intitulado *Histórias que moram aqui*. Trata-se de um filme de caráter etnográfico e sensível que visa retratar, por meio de entrevistas e imagens cotidianas, as vivências de estudantes residentes na moradia estudantil do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.

O documentário é composto por três blocos principais: a introdução, que contextualiza a instituição e o programa de moradia; o núcleo narrativo, construído a partir de entrevistas com estudantes cotistas familiares e servidores; e a conclusão, que reflete sobre os impactos da moradia estudantil na permanência e formação integral desses estudantes. Ao todo, o curta tem duração aproximada de 20 minutos.

A finalidade do documentário é dar visibilidade às trajetórias humanas e formativas de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ressaltando como a moradia estudantil contribui não apenas para a permanência física na instituição, mas para o florescimento de sonhos, vínculos sociais, enfrentamento de dificuldades e consolidação da identidade acadêmica.

Busca-se, por meio da imagem e da escuta ativa, humanizar dados e estatísticas, transformando os números da assistência estudantil em rostos, vozes e histórias reais.

5.1 Justificativa

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme delineada nas diretrizes do ProfEPT e nas políticas educacionais contemporâneas, preconiza uma formação integral, crítica e emancipatória. Nesse contexto, as políticas de assistência estudantil assumem um papel fundamental na democratização do acesso e permanência dos estudantes, especialmente os oriundos das camadas mais pobres da população.

Ao lançar mão do formato documental, o Produto busca articular linguagem audiovisual com os princípios da EPT, permitindo que os estudantes deixem de ser apenas destinatários de políticas públicas para se tornarem narradores de suas próprias experiências. A produção do filme também se alinha ao princípio da extensão, pois estabelece um diálogo direto com a comunidade escolar, promovendo o debate sobre inclusão, pertencimento e justiça social.

5.2 Bases teóricas

A concepção do documentário fundamenta-se em diferentes vertentes teóricas que dialogam entre si, sendo então citados os autores a seguir:

Bill Nichols (2010), ao definir o documentário como um modo de representação que interpreta e propõe uma leitura do real, sustenta a proposta de construir narrativas que não apenas informam, mas também emocionam e provocam reflexão.

Marie-Christine Josso (2004) e Vera Maria Ferrão Candau (2012) fornecem a base para o uso de narrativas de vida como instrumentos pedagógicos e investigativos, valorizando a escuta como prática formativa e de produção de sentido.

Freire (1996) inspira a metodologia de diálogo, protagonismo e horizontalidade que orientou as entrevistas e o tratamento das falas dos estudantes.

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentada pela Lei nº 14.914/2024 e pela Lei nº 15.169/2025, serve de marco legal para a compreensão do papel institucional da moradia estudantil, reforçando o direito à permanência com dignidade.

A análise de conteúdo, orientada por Laurence Bardin (2016), guiou o processo de seleção dos recortes discursivos que compõem o roteiro do curta.

5.3 Local de aplicação

O curta-metragem foi gravado, editado e exibido no IF Goiano – Campus Ceres, em Goiás, entre os meses de abril e outubro de 2025. Participaram da produção estudantes residentes cotistas da moradia estudantil, servidores da instituição e familiares dos estudantes, todos selecionados por critério de disponibilidade e representatividade. As entrevistas foram realizadas de forma voluntária, mediante assinatura do TCLE, e os nomes foram substituídos por pseudônimos para garantir o anonimato e a confidencialidade, conforme as diretrizes éticas.

A exibição-piloto e a validação participativa do Produto Educacional (PE) foram realizadas em um evento específico, articulado XXVI Feira de Ciências e Tecnologia do IF Goiano – Campus Ceres (realizada em outubro de 2025). A atividade foi estruturada como uma Roda de Conversa Crítica, promovida na sala 1 do Bloco F da instituição, com a exibição do curta-metragem.

O encontro reuniu um público estratégico e diversificado, incluindo estudantes residentes participantes da pesquisa, outros estudantes da moradia, servidores da assistência

estudantil, pedagogos e gestores (Direção Geral e Direção de Ensino). O objetivo da Roda de Conversa foi triplo:

- Coletar feedback qualitativo e crítico sobre a adequação da linguagem e a fidelidade narrativa do documentário em relação à realidade da moradia.
- Avaliar a potencialidade de uso do curta-metragem como instrumento de sensibilização e formação continuada para a comunidade acadêmica e gestores.
- Promover um espaço de diálogo entre estudantes e servidores, visando à melhoria das políticas e da infraestrutura da moradia, reforçando o caráter interventivo da pesquisa.

O registro fotográfico e a ata da Roda de Conversa foram utilizados para compor o Relatório Técnico do Produto Educacional, atestando sua validade e pertinência junto ao público-alvo.

A seguir, o link para acesso ao Produto Educacional disponível em formato digital:

<https://youtube.com/watch?v=ynMGmJcG3LU&feature=shared>

Concluir a elaboração do curta-metragem documental, *Histórias que moram aqui: narrativas da moradia estudantil no IF Goiano – Campus Ceres*, é, mais do que finalizar uma etapa, afirmar uma escolha política e pedagógica: a de escutar, registrar e devolver à comunidade escolar as vozes de estudantes que, por vezes, transitam silenciosamente pelos corredores da instituição, carregando em si histórias potentes, invisibilizadas pelas estatísticas.

O processo de construção do Produto Educacional exigiu não apenas domínio técnico, mas sensibilidade ética, empatia e responsabilidade social. Cada entrevista gravada foi uma entrega, um gesto de confiança. Cada imagem capturada traduziu, em linguagem visual, experiências que os documentos oficiais não alcançam. Esse percurso audiovisual foi orientado por uma metodologia dialógica, inspirada em Paulo Freire (1996), e por uma abordagem de análise de conteúdo sistematizada por Bardin (2016), que possibilitou a organização reflexiva dos sentidos expressos nas falas.

A ideia de que a moradia estudantil não é apenas um abrigo físico, mas um espaço formativo onde se aprende a resistir, sonhar, conviver e projetar o futuro – encontrou eco nas narrativas colhidas. Ao revisitar esses relatos durante o processo de edição, confirmou-se a hipótese inicial da pesquisa: a moradia estudantil constitui um território educativo, cuja função transcende a assistência e adentra o campo da formação humana integral.

O curta foi concebido como um instrumento de escuta ativa e devolutiva crítica. Logo, não se propôs a resolver ou explicar toda a complexidade do tema, mas a provocar reflexão, pertencimento e responsabilização coletiva. A escolha pelo formato documental etnográfico dialoga com a proposta de humanizar os dados da assistência estudantil e construir uma

memória sensível das trajetórias formativas. Como destaca Nichols (2010), o documentário é mais do que uma representação: é uma intervenção poética, ética e política sobre o real.

Durante a produção, observou-se que a linguagem audiovisual rompe com as barreiras acadêmicas tradicionais, permitindo que o conteúdo produzido alcance não apenas a comunidade científica, mas também os sujeitos retratados, gestores educacionais, familiares e cidadãos comuns. Nesse sentido, o curta se afirma como uma ferramenta de extensão crítica, em consonância com os princípios da EPT e com as diretrizes do ProfEPT, ao promover o diálogo entre saberes acadêmicos e experiências vividas.

A exibição-piloto no IF Goiano – Campus Ceres confirmou o potencial do documentário como catalisador de debates institucionais, visto que servidores, estudantes e gestores participaram ativamente das rodas de conversa, expressando reconhecimento e identificação com as narrativas apresentadas. Esse retorno afetivo e político legitima o Produto Educacional como uma prática de escuta qualificada e de formação continuada, potencializando sua aplicabilidade em contextos de planejamento institucional.

É necessário, contudo, reconhecer os limites da produção. A escolha por um número reduzido de participantes e a centralização da pesquisa em um único campus restringem a generalização dos achados. Ainda assim, os resultados obtidos oferecem pistas e inspirações para que outras instituições da Rede Federal possam refletir criticamente sobre suas próprias políticas de permanência, especialmente no que diz respeito à moradia estudantil como dimensão do direito à educação.

Outro ponto que emergiu com força durante o processo foi a ausência de registros sistemáticos das vivências dos estudantes nas residências estudantis. Ao ser criado esse curta, contribuiu-se também para a construção de uma memória institucional não oficial, alimentada pelas experiências concretas daqueles que vivem, diariamente, os impactos, positivos e desafiadores, das políticas de assistência. Nesse sentido, o filme se inscreve como uma forma de resistência simbólica frente à lógica burocrática que tende a reduzir sujeitos a indicadores de desempenho.

Este Produto Educacional, portanto, não encerra a discussão, mas a inaugura em novos moldes: mais afetivos, sensíveis, conectados com a realidade vivida. A imagem e a voz dos estudantes permanecem como arquivo vivo de uma instituição que, para se tornar realmente inclusiva, precisa continuar escutando, reconhecendo e valorizando seus sujeitos. Ao mesmo tempo, reafirma-se aqui o compromisso ético do pesquisador: o de narrar com responsabilidade, construir com escuta e contribuir com propósito.

Ao término deste percurso, permanece a convicção de que um documentário não muda o mundo, tampouco tem tamanha prepotência, mas pode mudar o modo como o mundo é percebido por quem o habita. Nesse gesto de contar histórias, abre-se caminho para que outras sejam escritas, com mais dignidade, mais equidade e mais justiça social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, comprehende-se que ela não representa apenas um exercício acadêmico, mas a síntese de uma trajetória institucional e investigativa profundamente entrelaçada com o tema da moradia estudantil.

A escolha pela abordagem autobiográfica fundamentou-se no desejo de articular vivência e reflexão crítica, utilizando a própria experiência como servidor no IF Goiano – Campus Ceres como fonte legítima de conhecimento e análise. O fator "sentir na pele" também motivou o pesquisador, afinal, é filho da região: que também usou de mecanismos públicos que aqui descritos.

Desde o início, o objetivo foi compreender, sob uma perspectiva situada, de que maneira a moradia estudantil influencia os processos de permanência e êxito de estudantes em contextos de vulnerabilidade social, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

A hipótese principal, de que a residência estudantil se constitui como espaço estruturante da permanência, foi confirmada ao longo da pesquisa. Os dados empíricos e teóricos demonstraram que o alojamento não apenas abriga, mas educa, forma e transforma.

Desse modo, a primeira seção apresentou a contextualização do problema e justificou a relevância social, política e acadêmica do estudo, ancorando-o nos marcos da Rede Federal e nas diretrizes do ProfEPT. A segunda, constituída pelo referencial teórico, foi cuidadosamente estruturado com base em autores como Freire, Nôvoa, Bolívar, entre outros, cujo pensamento contribuiu para dar densidade à análise.

A teoria do capital social de Bourdieu possibilitou compreender a importância das redes de apoio que se constroem nos espaços de moradia, e como essas redes atuam diretamente na permanência dos estudantes. As contribuições de Passeggi e Joso foram centrais para fundamentar a compreensão da formação como processo contínuo, reflexivo e biográfico, especialmente nos espaços não formais de aprendizagem.

A proposta de formação integral, discutida nos marcos da Educação Profissional e Tecnológica, revelou-se absolutamente pertinente diante das experiências vividas no contexto da moradia estudantil.

Logo, o estudo de caso sobre o IF Goiano – Campus Ceres representou não apenas uma delimitação empírica, mas a possibilidade de ancorar a análise em um espaço real, conhecido e vivenciado pelo pesquisador. A realidade observada no campus confirma que, apesar dos esforços institucionais, persistem lacunas estruturais e pedagógicas que limitam o potencial transformador da moradia estudantil.

No entanto, as experiências compartilhadas entre os estudantes, a solidariedade cotidiana, a construção de pertencimento e os processos de adaptação demonstram o quanto esse espaço carrega potência educativa.

A seção sobre a legislação da assistência estudantil apresentou um panorama evolutivo da política pública, demonstrando como os marcos legais foram se consolidando ao longo do tempo. A análise comparativa entre as Leis nº 12.858/2013, 14.914/2024 e 15.169/2025 evidenciou o fortalecimento gradual da assistência estudantil, culminando na sua institucionalização e no aporte financeiro permanente via Fundo Social do Petróleo.

Contudo, o simples reconhecimento legal não garante a efetividade prática, uma vez que a permanência qualificada depende de vontade política, gestão eficiente e escuta ativa dos sujeitos envolvidos.

Sobre a narrativa de vida, essa assumiu papel central não apenas como metodologia, mas como perspectiva epistemológica. Isso porque a escuta dos estudantes e o exercício de narrar a própria trajetória permitiram acessar dimensões subjetivas e estruturais muitas vezes invisibilizadas.

O espaço da moradia revelou-se como território de aprendizagens significativas, onde se produzem saberes, resistências, redes de apoio e ainda frustrações. As vozes dos estudantes e, também a minha, como autor, permitiram evidenciar como a política de assistência estudantil é vivida, reinterpretada e, por vezes, reinventada pelos sujeitos, sendo eles protagonistas ou coadjuvantes.

O produto educacional proposto, um curta-metragem construído a partir de narrativas reais, emerge como extensão pedagógica desta dissertação com potencial para provocar reflexão crítica e sensibilização institucional. Trata-se, pois, de uma proposta que visa não apenas representar a realidade, mas também mobilizar gestões e comunidades acadêmicas para o aprimoramento das políticas de permanência.

Sendo assim, o estudo reafirma que a formação dos estudantes não ocorre apenas nas salas de aula, visto que os espaços de convivência, como os alojamentos, são igualmente formativos, exigindo um olhar pedagógico ampliado.

A pesquisa também revelou que a moradia estudantil, como política pública, precisa articular-se e dialogar com dimensões culturais, emocionais, sociais e acadêmicas, assumindo-se como espaço de cuidado e pertencimento.

Entre as contribuições desta pesquisa, destaca-se a visibilização de um território até então pouco explorado pelas investigações científicas, especialmente com base em narrativas

autobiográficas. Além disso, a investigação oferece subsídios teóricos e práticos que podem ser utilizados na formulação de políticas institucionais mais sensíveis e eficazes.

A metodologia utilizada, de base qualitativa e narrativa, mostrou-se adequada aos objetivos propostos, permitindo aprofundar aspectos que dificilmente seriam captados por abordagens meramente quantitativas. Assim, a escuta atenta, o registro ético e o cuidado na análise foram princípios que orientaram cada etapa do percurso investigativo.

Reconhece-se que esta pesquisa não esgota o tema. Sugere-se então que trabalhos futuros explorem a perspectiva dos gestores, técnicos e familiares, a fim de ampliar a compreensão sobre os impactos da moradia estudantil na trajetória dos estudantes. Cremos que essa é a "linha do horizonte" que norteia a perspectiva de todas as obras que virão oriundas da pequena contribuição feita aqui. Recomenda-se ainda a ampliação do debate sobre o papel da residência no currículo oculto da formação, articulando-o a discussões sobre subjetividade, relações de poder e cuidado institucional.

Esta investigação, portanto, não pretende oferecer respostas definitivas, mas contribuir para o alargamento das perguntas porque a educação pública, gratuita e de qualidade exige políticas de acesso e, sobretudo, de permanência que respeitem a diversidade dos sujeitos e os múltiplos caminhos da formação.

Finaliza-se reafirmando a importância da escuta dos estudantes como prática institucional, metodológica e política. A vivência dos residentes não é dado secundário, pois faz parte das primícias, sendo fonte de saber e de transformação.

A redação desse texto foi construída sob o reflexo constante da escuta do que somos e com o compromisso com o que ainda podemos ser; estudantes, instituições e pesquisadores comprometidos com uma educação mais justa, sensível e humana.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S.; COSTA, M. T. A permanência estudantil e a importância das atividades complementares no ensino superior. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 43, n. 82, p. 129-145, 2021.
- ALMEIDA, L. A.; COSTA, M. A residência estudantil como espaço formativo: potencialidades e desafios. **RBEPT-Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 12, n. 2, p. 55-68, 2021.
- ALMEIDA, L.; FERREIRA, R. Políticas de permanência e evasão escolar: contribuições dos programas de mentoria. **Revista de Educação Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 32-48, 2022.
- ALMEIDA, M. C. de; COSTA, R. L. Residência estudantil e desempenho acadêmico: a importância da permanência com qualidade. **RBEPT-Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 7, n. 2, p. 22-35, 2021.
- ALVES, D. R. Educação e desenvolvimento regional: o papel dos Institutos Federais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Educação**, v. 13, n. 4, p. 97-115, 2019.
- ALVES, Nilda. **Cartografias do trabalho docente**: entre rastros e traços. Petrópolis: Vozes, 2015.
- ANDRADE, C.; SILVA, T. Fatores socioeconômicos e evasão escolar: um estudo no ensino técnico. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 89-104, 2020.
- ANDRADE, L. F. de; SILVA, J. C. Evasão escolar na educação profissional: causas e possibilidades de enfrentamento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-19, 2020.
- ARROYO, M. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARBOSA, D. L.; LIMA, M. F. A moradia estudantil como espaço pedagógico: contribuições para a formação integral nos Institutos Federais. **RBEPT-Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 5, n. 2, p. 103–119, 2022.
- BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa en educación**: el enfoque biográfico y la reconstrucción de la profesión docente. Madrid: La Muralla, 2001.
- BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria escolas de aprendizes artífices nos estados da União. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1909.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 10, 13 dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de dezembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 15.169, de 17 de julho de 2025. Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jul. 2025.

CANDAU, V. M. Educação e culturas: entre o universal e o particular. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 21-34, 2012.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 175-190, 2011.

CIAVATTA, M. Trabalho, educação e politecnia. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Autores Associados, 2012. p. 57–96.

CIAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, p. 75–91, 2014a.

CIAVATTA, M. **Curriculum integrado**: concepção e implicações para a educação profissional. São Paulo: Cortez, 2014b.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (orgs.). **Educação profissional:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COSTA, A. M. Convivência e suporte social nas residências estudantis: impactos na adaptação universitária. **Revista Psicologia e Educação**, v. 12, n. 3, p. 45-61, 2013.

COSTA, D. C. A convivência nas residências estudantis como espaço de socialização e desenvolvimento pessoal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 1220-1239, 2013.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CUNHA, Maria Isabel da. Políticas de cotas e inclusão social nos Institutos Federais. **Revista da Educação Profissional e Tecnológica**, Vitória, v. 15, n. 1, p. 33-47, 2019a.

CUNHA, Maria Isabel da. **A produção do conhecimento em educação:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2019b.

DOURADO, L. F. A Política de Assistência Estudantil e os desafios da democratização da educação superior pública brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 13-26, jan./abr. 2011a.

DOURADO, L. F. PNAES: Política de assistência estudantil e a expansão da educação superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 303-316, 2011b.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de sua proposta e papel social. **RBEPT-Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 69-82, 2011.

FERREIRA, J.; COSTA, M. Programas de apoio acadêmico e permanência: um estudo de caso. **Revista de Políticas Públicas em Educação**, v. 10, n. 1, p. 77-93, 2018.

FERREIRA, L.; SILVA, J. Estratégias de integração social em instituições públicas de ensino. **Revista Interdisciplinar em Educação**, v. 14, n. 2, p. 45-59, 2019.

FERREIRA, R. S.; ALMEIDA, T. S. Acolhimento e integração estudantil: estratégias de permanência no ensino superior. **Revista Perspectiva Educacional**, v. 26, n. 1, p. 76-91, 2018.

FONSECA, M. A. A formação profissional no Brasil: da marginalização à institucionalização. In: CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (orgs.). **Educação profissional:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FRASER, N. **A justiça social na era da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, J. L.; OLIVEIRA, R. M. Formação continuada de professores nos Institutos Federais. **Cadernos de Formação Docente**, v. 6, n. 2, p. 101-115, 2022.

FRIGOTTO, G. A política de formação integrada e a educação politécnica no Brasil. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. Brasília: MEC/SETec, 2005^a.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** reflexões sobre a relação educação e trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

FRIGOTTO, G. A formação profissional no Brasil: dualidade estrutural e desafios contemporâneos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1337-1355, out. 2005c.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capital:** por uma agenda de resistência e transformação. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, G. Trabalho, educação e formação humana: desafios do século XXI. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Escola-média integrada: cultura, trabalho e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 31-52.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Autores Associados, 2012.

GOMES, C. E. **Curriculo e formação profissional:** desafios contemporâneos. Campinas: Papirus, 2020.

GOMES, J. M. Currículos flexíveis e inovação tecnológica: perspectivas para o ensino profissional. **Revista Educação e Tecnologia**, Vitória, v. 12, n. 2, p. 155–172, 2020.

GOMES, P. R. Atualização curricular na educação técnica: desafios e caminhos. **RBEPT-Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 9, n. 3, p. 34-50, 2020.

IF GOIANO. **Política de Assistência Estudantil do IF Goiano – Câmpus Ceres**. Ceres, GO: Instituto Federal Goiano, 2023.

JOSSO, M.-C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JOSSO, M.-C. **Formação e experiência de vida:** a construção do saber e da identidade. São Paulo: Paulus, 2010.

JOSSO, M.-C. **Histórias de vida e projeto pessoal**. São Paulo: Paulus, 2013.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Narrativas e pesquisa qualitativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

- LIMA, M. A. Institutos federais e desenvolvimento local: uma análise das contribuições socioeconômicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 39, n. 145, p. 1089–1107, 2018.
- LIMA, R. M. Educação e desenvolvimento regional: o papel estratégico da RFPCT. **Revista Interdisciplinar de Educação**, v. 4, n. 1, p. 88-103, 2018.
- MARTINS, E. L. Inovação e parcerias nos Institutos Federais: caminhos para o futuro. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 140-159, 2020.
- MARTINS, F. J. Parcerias entre IFs e setor produtivo: caminhos para a inovação e sustentabilidade. **RBEPT-Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 5, n. 3, p. 42–59, 2020.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MOURA, D. M. Educação profissional no Brasil: origens e fundamentos. **Revista Histórica da Educação Técnica**, v. 5, n. 2, p. 22-37, 2007.
- NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. São Paulo: Papirus, 2010.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- NUNES, A. S. Ensino profissional e empregabilidade regional: evidências dos Institutos Federais. **Revista Brasileira de Empreendedorismo e Educação**, v. 10, n. 1, p. 51-67, 2021.
- NUNES, P. H. A educação profissional como vetor de desenvolvimento local: estudo de caso em institutos federais. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 2, p. 77–94, 2021.
- OLIVEIRA, F. Integração acadêmica e permanência: uma abordagem qualitativa. **Revista Brasileira de Estudos Educacionais**, v. 25, n. 1, p. 91-108, 2020.
- OLIVEIRA, J. P. de. **Assistência estudantil e permanência no ensino técnico: uma análise no IF**. Goiânia: UFG, 2022.
- OLIVEIRA, L. M. Assistência estudantil e permanência na educação profissional. **Revista da Rede Federal**, v. 7, n. 2, p. 66-81, 2022.
- OLIVEIRA, M. E. D. A. de. **Autoetnografia e pesquisa-formação na educação: reflexividade, memória e escrita de si**. Campinas: Papirus, 2021.
- OLIVEIRA, M. R. A prática pedagógica e a integração curricular nos Institutos Federais. **Revista Educação & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 55-70, 2012.
- OLIVEIRA, M. R. Integração social e acadêmica como fatores de permanência escolar: perspectivas contemporâneas. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 319-335, 2020.

- OLIVEIRA, M. T. O financiamento da educação pública no Brasil: avanços e limitações a partir dos royalties do petróleo. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 2, p. 88–102, 2016.
- OLIVEIRA, R.; SANTOS, C. Acolhimento e desempenho acadêmico em residências estudantis. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 3, p. 211-229, 2019.
- OLIVEIRA, T. A. Participação estudantil e sucesso acadêmico na EPT. **Cadernos de Educação Tecnológica**, v. 14, n. 3, p. 89-104, 2020.
- OLIVEIRA, T. F. Assistência estudantil e permanência na educação tecnológica: reflexões sobre a prática docente. **Revista Educação Profissional em Foco**, v. 10, n. 1, p. 33–50, 2022.
- OLIVEIRA, T. G. *et al.* **Práticas sustentáveis de alimentação em contextos educativos: hortas, refeitórios e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. **Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente**. Natal: EDUFRN, 2008.
- PEREIRA, Adirley de Oliveira. As políticas de assistência estudantil no Brasil: da perspectiva assistencialista à consolidação como direito. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2016.
- PEREIRA, D.; LIMA, S. O impacto da moradia estudantil nas taxas de evasão. **Revista de Avaliação Educacional**, v. 6, n. 1, p. 102-118, 2020.
- PEREIRA, H. L.; ALMEIDA, J. A articulação ensino-pesquisa-extensão na formação profissional. **Revista Extensão em Foco**, v. 6, n. 1, p. 41-58, 2021.
- PEREIRA, J. V. *et al.* **A alimentação como política de permanência: desafios e estratégias nas residências estudantis da Rede Federal**. Revista da Educação Profissional, v. 9, n. 2, p. 211-230, 2022.
- PEREIRA, M. A.; LIMA, R. B. Políticas públicas e permanência estudantil: o papel das moradias. **Revista Estudos em Educação Profissional**, v. 11, n. 2, p. 77-93, 2020.
- PEREIRA, M. de A.; ALMEIDA, L. M. V. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: aproximações possíveis**. São Paulo: Cortez, 2021.
- PEREIRA, R. M.; ALMEIDA, D. P. Pesquisa e extensão na educação profissional: contribuições para a formação cidadã. **Revista Saber Técnico**, v. 6, n. 1, p. 95–112, 2021.
- PINTO, V. M.; MELO, C. H. Residência estudantil e equidade: análise dos impactos na trajetória de estudantes do IF. **Revista de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 10, n. 1, p. 51-65, 2016.
- RAMOS, Marise Nogueira. A formação profissional no Brasil: a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT). **RBEPT-Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 4, p. 5-21, 2012.

RISTOFF, Dilvo. O Novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

ROCHA, A.; COSTA, E. Políticas de permanência e desempenho acadêmico. **Revista de Educação e Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 66-81, 2018.

ROCHA, A. G.; COSTA, C. M. A moradia estudantil e o desempenho acadêmico. **Revista Brasileira de Assistência Estudantil**, v. 5, n. 1, p. 44-60, 2018.

ROCHA, M. R.; COSTA, F. S. Residência estudantil como espaço formativo: entre a permanência e a resistência. **Revista Educação e Realidade**, v. 43, n. 3, p. 977-996, 2018.

SANTOS, E. L. Infraestrutura e gestão das moradias estudantis. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 67-83, 2018.

SANTOS, E.; PEREIRA, T. F. **Institutos Federais e desenvolvimento regional:** impactos e desafios. Brasília, DF: MEC, 2020.

SANTOS, J. F.; LIMA, T. S. Barreiras à integração escolar e propostas de superação. **Revista Formação e Diversidade**, v. 3, n. 2, p. 122-137, 2021.

SANTOS, Lucas B.; PEREIRA, Ana C. Moradia estudantil e ensino remoto: desafios e rupturas na permanência. **Revista Brasileira de Assistência Estudantil**, v. 4, n. 2, p. 45-60, 2021.

SANTOS, L. A.; PEREIRA, H. D. A interiorização dos Institutos Federais e o desenvolvimento regional: evidências e reflexões. **RBEPT-Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 4, n. 1, p. 59–75, 2020.

SANTOS, L. R.; PEREIRA, D. R. Institutos Federais como promotores de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação e Cidadania**, v. 8, n. 1, p. 70-86, 2020.

SANTOS, R.; LIMA, V. Personalização do ensino e redução da evasão: práticas pedagógicas nos IFs. **Cadernos de Formação Docente**, v. 17, n. 1, p. 88-103, 2021.

SANTOS, R. D. dos. Políticas públicas de moradia estudantil e seus desafios: uma análise crítica dos Institutos Federais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 1, p. 65-84, 2018.

SANTOS, R. D. dos; ANDRADE, L. F. Gestão e sustentabilidade das residências estudantis: desafios contemporâneos nos IFs. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 4, p. 2419-2435, 2021.

SANTOS, R. D. dos; SILVA, M. H. Moradia estudantil em Institutos Federais: desafios da gestão e da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 2, p. 300-315, 2020.

- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SILVA, A. Assistência estudantil: desafios e possibilidades. **Revista de Políticas Educacionais**, v. 7, n. 2, p. 117-133, 2017.
- SILVA, A. G.; COSTA, R. M. Desafios emocionais na moradia estudantil. **Revista Psicologia & Educação**, v. 23, n. 1, p. 57-71, 2019.
- SILVA, C. A. Políticas de cotas e inclusão na educação profissional. **Revista Inclusão Social**, v. 14, n. 2, p. 101-115, 2021.
- SILVA, D. F. A função social dos Institutos Federais. **Revista Formação Técnica**, v. 11, n. 3, p. 99-114, 2015.
- SILVA, H. A. **Alimentação saudável no ambiente universitário**: entre o ideal e o possível. Belo Horizonte: UFMG, 2021.
- SILVA, J. Mentoria e inclusão na educação profissional. **Revista Ciência e Educação**, v. 8, n. 1, p. 72-85, 2017.
- SILVA, M. H.; OLIVEIRA, G. L. Residência estudantil e políticas de assistência nos Institutos Federais: entre a permanência e a exclusão. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 215-230, 2015.
- SILVA, M. L. Políticas de cotas e inclusão social no ensino técnico federal: um balanço crítico. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, n. 154, p. 131–149, 2021.
- SILVA, M. R. Atualização curricular e inovação pedagógica. **Revista Docência e Saber**, v. 8, n. 2, p. 113-128, 2019.
- SILVA, R. A. O financiamento da assistência estudantil e os desafios da permanência na educação pública federal. **Cadernos de Educação e Política Pública**, v. 17, n. 1, p. 55–70, 2025.
- SILVA, T. T. da. Documentário, subjetividade e identidade: narrativas visuais na educação. In: SILVA, T. T. (org.). **Documentário e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- SILVA, T. T. da; SGUSSARDI, V. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2016.
- SILVA JÚNIOR, J. R. Políticas de assistência estudantil no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, v. 22, n. 50, p. 685-703, 2013.

SOARES, A. P. Infraestrutura na RFEPCT: desafios e perspectivas. **Revista de Educação Profissional e Técnica**, v. 19, n. 1, p. 88-102, 2021.

SOARES, F. **Infraestrutura e qualidade na Educação Profissional e Tecnológica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOUZA, E.; GOMES, T. Democratização do ensino superior e moradia estudantil. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 3, p. 141-157, 2019.

SOUZA, L. B.; GOMES, T. C. Moradia estudantil e democratização do ensino. **Revista Brasileira de Acesso à Educação**, v. 7, n. 2, p. 55-72, 2019.

TEIXEIRA, J. A.; ESTRELA, D. S.; FERNANDES, L. C. A residência estudantil e sua contribuição para a permanência e êxito dos estudantes nos Institutos Federais. **Revista Educação e Fronteiras On-line**, v. 11, n. 32, p. 65–83, 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Estudantes maiores)

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Estudantes maiores)

Prezado(a) discente você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “**Vida e formação de estudantes do programa de moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres: uma perspectiva (auto)biográfica**” sob a responsabilidade do pesquisador Adriel José Pereira, servidor do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, estamos realizando uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Este documento é um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e, após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado fisicamente em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade dos pesquisadores responsáveis e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato diretamente conosco na instituição ou pelos seguintes contatos: Gustavo Lopes Ferreira (telefone: 62-985411709/ e-mail: gustavo.ferreira@ifgoiano.edu.br) e Adriel José Pereira (telefone: 62-999802090/ email: adriel.jose@estudante.ifgoiano.edu.br), que serão prontamente atendidos. Dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

1 JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa surgiu a partir das experiências profissionais e acadêmicas dos pesquisadores junto ao IF Goiano, especificamente no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Durante o trabalho de um dos pesquisadores, técnico em assuntos educacionais (TAE), lotado na gerencia de ensino(GE-CE), setor que está intimamente relacionado aos estudantes, ele vem percebendo nas conversas com os alunos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio a falta de motivação de alguns em relação ao seu curso. A que isso se deve? Logo, julgamos importante investigar a fundo os cursos técnicos Campus Ceres na perspectiva

dos(as) alunos(as).

Temos um objetivo principal que é compreender o processo de formação dos estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Ceres, através de suas narrativas educativas. Assim, procuraremos revelar possíveis sentidos para essa formação acadêmica, traçando as contribuições e as fragilidades da formação integrada oferecida pela Rede dos Institutos Federais. Temos como objetivos específicos: a) interpretar, a partir de narrativas autobiográficas, os projetos de futuro dos estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, em relação à sua formação acadêmica e suas pretensões formativas e profissionais; b) verificar se a identidade original do curso Técnico dialoga com a realidade e as pretensões dos estudantes; c) verificar se a educação recebida no IF Goiano tem influenciado seus projetos futuros; d) compreender, por meio da narrativa, se os estudantes comprehendem a real dimensão da formação, geral, técnica e integrada, que está recebendo na instituição.

Com relação à metodologia da pesquisa você participará, caso concorde, de uma entrevista narrativa a partir de uma questão geradora, na qual você contará sua história, espontaneamente. A entrevista será realizada em dois encontros, que serão gravados, e acontecerão individualmente em uma sala reservada do Campus Ceres, garantindo sua privacidade. A entrevista será agendada previamente com você, atendendo a sua disponibilidade de dia e horário, sem prejuízos ao andamento das aulas e demais atividades escolares. Ressaltamos que você não é obrigado(a) a falar mais do que achar necessário. Você é quem decide se quer ou não participar da pesquisa, mesmo durante a entrevista você pode retirar seu consentimento. A recusa não mudará nosso tratamento ou a nossa relação com você. Sinta à vontade para participar. A seguir oferecemos mais detalhes sobre o estudo.

2 DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos para você, entretanto podem ocorrer riscos mínimos, como: ansiedade por participar da entrevista narrativa com informações relacionadas à sua vida pessoal; sentir a privacidade invadida; embaraço e vergonha de interagir com estranhos; medo de repercussões eventuais por expor sua opinião; cansaço ou aborrecimento diante do que você narrar; e tomar o seu tempo durante a entrevista narrativa ou interferência na sua vida e rotina.

Os pesquisadores se comprometem ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e

compreensão dos objetivos a que se destinam. Mesmo atendendo a todas as indicações éticas, caso você se sinta constrangido com a questão geradora, que lhe será apresentada previamente, em falar sobre questões que trazem desconforto, poderá interromper imediatamente a participação, tendo posteriormente a oportunidade de retornar para a pesquisa ou não. Os pesquisadores se comprometem também com a preservação da sua identidade com a confidencialidade dos dados, se responsabiliza por danos de ordem física, material ou psicológica que a pesquisa possa acarretar a você.

3 FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Você será acompanhado(a) integralmente pelos pesquisadores em qualquer etapa do estudo e caso apresente algum problema, seja de ordem física ou psicológica, será imediatamente encaminhado(a) para auxílio psicológico no Núcleo de Assistência à Saúde (NAS/CAE) do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, ou para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade de Ceres, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. Em caso de dúvidas elas são prontamente sanadas.

4 GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, pelos meios citados acima (diretamente, por telefone ou e-mail dos pesquisadores). Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação em qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a não adesão a ela não irá acarretar nenhuma penalidade.

Sua identidade não será divulgada, iremos tratá-la sob os padrões de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado nem divulgado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Com a conclusão da pesquisa você será informado(a) dos resultados obtidos.

Uma vez concluída a coleta de dados, os pesquisadores farão o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Nenhum documento ou dado coletado será mantido em qualquer plataforma virtual, pois os dados serão deletados

definitivamente. Conforme legislação vigente, após cinco anos todo o material da pesquisa será descartado, ou seja, os áudios e as transcrições das entrevistas narrativas serão apagados e, esse termo de assentimento será picotado e enviado para reciclagem.

5 CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

Sua participação neste estudo não implicará em retorno financeiro. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão resarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Caso você sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, você terá o direito de pleitear a indenização por todo e qualquer gasto.

Sendo assim, os pesquisadores evidenciam que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

Após a finalização da pesquisa, os resultados serão compartilhados com você e estarão também disponíveis em publicações em revistas, eventos acadêmicos, guias e livros, sem nenhum custo para seu acesso a estes materiais.

6 CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada: intitulada “Vida e formação de estudantes do programa de moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres: uma perspectiva (auto)biográfica”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, _____ de _____ de 20____

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa:

Adriel José Pereira

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Pais/Responsáveis)

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Pais/Responsáveis)

Seu filho(a) ou menor por quem você é responsável está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “**Vida e formação de estudantes do programa de moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres: uma perspectiva (auto)biográfica**” sob a responsabilidade do pesquisador Adriel José Pereira, servidor do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres e estão realizando essa pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Este documento é um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e, após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de você aceitar que seu filho/menor por quem você é responsável faça parte desta pesquisa, este documento deverá ser assinado fisicamente em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, nem você e nem seu(sua) filho(a)/menor por quem você é responsável serão penalizados de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis: Gustavo Lopes Ferreira, e Adriel José Pereira pelos telefones: (62)985411709 e (62)999802090 e/ou pelos *e-mail*: gustavo.ferreira@ifgoiano.edu.br, e adriel.jose@estudante.ifgoiano.edu.br que serão prontamente atendidos. Dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo *e-mail*: cep@ifgoiano.edu.br.

1 JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa surgiu a partir das experiências profissionais e acadêmicas dos pesquisadores junto ao IF Goiano, especificamente no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Durante o trabalho de um dos pesquisadores, técnico em assuntos educacionais (TAE), lotado na gerencia de ensino(GE-CE), setor que está intimamente relacionado aos estudantes, ele vem percebendo nas conversas com os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio a falta de motivação de alguns em relação ao seu curso. A que isso se deve? Logo,

julgamos importante investigar a fundo os cursos técnicos Campus Ceres na perspectiva dos estudantes.

Temos como objetivo principal: compreender o processo de formação de estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Ceres, buscando por meio de suas narrativas educativas, revelar possíveis sentidos para a formação acadêmica, tentando traçar as contribuições e as fragilidades da formação integrada oferecida pela Rede dos Institutos Federais. Quanto aos objetivos específicos, temos a pretensão de: a) interpretar, a partir de narrativas autobiográficas, os projetos de futuro dos estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, em relação à sua formação acadêmica e suas pretensões formativas e profissionais; b) verificar se a identidade original do curso dialoga com a realidade e as pretensões dos estudantes; c) verificar se a educação recebida no IF Goiano tem influenciado seus projetos futuros; d) compreender, por meio da narrativa, se os estudantes compreendem a real dimensão da formação, geral, técnica e integrada, que está recebendo na instituição.

Com relação à metodologia da pesquisa, caso permita, seu filho(a) ou menor por quem você é responsável irá ser entrevistado por meio de uma entrevista narrativa, a qual terá uma questão geradora, em que ele/ela poderá contar sua história escolar, espontaneamente. A entrevista será realizada em dois encontros, que serão gravados, e acontecerão individualmente em uma sala reservada do Campus Ceres, garantindo a privacidade do(a) estudante. A entrevista será combinada previamente com seu filho/tutelado, de acordo com a disponibilidade de dia e horário, sem prejuízos ao andamento das aulas e demais atividades escolares. Ressaltamos que seu filho/tutelado não será obrigado(a) a falar mais do que achar necessário durante a entrevista, ele/ela terá total autonomia para decidir se quer ou não participar da pesquisa, mesmo durante a entrevista poderá retirar seu consentimento. A recusa não mudará nosso tratamento ou a nossa relação com seu filho/tutelado. A seguir oferecemos mais detalhes sobre o estudo.

2 DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos para seu filho(a) ou menor por quem você é responsável, entretanto podem ocorrer alguns riscos, como: psicológico, por conta da ansiedade por participar da entrevista narrativa com informações relacionadas à vida pessoal; de ordem psíquica por sentir a privacidade invadida; de ordem social relacionado a embaraço e vergonha de interagir com estranhos, medo de repercussões

eventuais por expor a opinião, cansaço ou aborrecimento; além de tomar o tempo durante a entrevista narrativa ou interferência na vida e na rotina escolar.

Os pesquisadores se comprometem ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e o do seu/sua filho(a)/tutelado(a), e compreensão dos objetivos a que se destinam. Mesmo atendendo a todas as indicações éticas, caso seu filho(a) ou menor por quem você é responsável se sinta constrangido em responder ou participar de qualquer uma das etapas da entrevista poderá interromper imediatamente a participação, tendo posteriormente a oportunidade de retornar para a pesquisa ou não. Os pesquisadores se comprometem também com a preservação da sua identidade com a confidencialidade dos dados, se responsabiliza por danos de ordem física, material ou psicológica que a pesquisa possa acarretar para seu filho(a) ou menor que você é responsável.

3 FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Seu filho(a) ou menor por quem você é responsável será acompanhado integralmente pelos pesquisadores em qualquer etapa do estudo e caso apresente algum problema, seja de ordem física ou psicológica, será imediatamente encaminhado(a) para auxílio psicológico no Núcleo de Assitência à Saúde (NAS/CAE) do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, ou para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade de Ceres, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. Em caso de dúvidas elas são prontamente sanadas.

4 GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIADA SIGILO

Você e seu filho(a) ou menor por quem você é responsável serão esclarecidos(as) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejarem, pelos meios citados acima (diretamente, telefone ou e-mail dos pesquisadores). Tanto você quanto seu filho(a)/tutelado(a) são livres para recusarem a participar, retirar o consentimento ou interromper a participação em qualquer momento. A participação do seu filho(a) ou menor por quem você é responsável é voluntária e a não adesão a ela não irá acarretar nenhuma penalidade.

A identidade de seu filho(a) ou menor por quem você é responsável será tratada com padrões de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. O nome dele/dela ou material que indique sua participação não será liberado nem divulgado sem a sua permissão. Seu filho(a)/tutelado(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que

possa resultar deste estudo. Com a conclusão da pesquisa será informado seu filho(a) ou menor por quem você é responsável dos resultados obtidos.

Uma vez concluída a coleta de dados, os pesquisadores farão o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Conforme legislação vigente, após cinco anos todo o material da pesquisa será descartado, ou seja, os áudios e as transcrições das entrevistas serão apagados e, esse termo de consentimento livre e esclarecido será picotado e enviado para reciclagem. Nenhum documento ou dado coletado será mantido em qualquer plataforma virtual, pois os dados serão deletados definitivamente.

5 CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

A participação do seu filho(a) ou menor por quem você é responsável neste estudo não implicará nenhum retorno financeiro. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão resarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Caso seu filho(a) ou menor por quem você é responsável sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, você terá o direito de pleitear a indenização por todo e qualquer gasto.

Sendo assim, os pesquisadores evidenciam que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

6 CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo que meu filho (a) ou menor por quem sou responsável participe da pesquisa intitulada: “Vida e formação de estudantes do programa de moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres: uma perspectiva (auto)biográfica”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, ____ de _____ de 20____

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa:

Adriel José Pereira

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Discente menor)

APÊNDICE C

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

(Discente Menor)

Prezado(a) discente você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “Vida e formação de estudantes do programa de moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres: uma perspectiva (auto)biográfica” sob a responsabilidade do pesquisador Adriel José Pereira, servidor do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, estamos realizando uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Este documento é um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Após receber os esclarecimentos por parte de nós pesquisadores, e caso considere necessário, consultar seus familiares ou outras pessoas para pensar melhor à respeito de sua decisão em participar ou não do estudo, caso aceite fazer parte da pesquisa, este documento deverá ser assinado por você fisicamente em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade dos pesquisadores responsáveis e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Contudo, você só poderá participar se seu responsável legal autorizar, assinando o termo de consentimento que é destinado aos pais/responsáveis.

Em caso de recusa, sua decisão será respeitada e você não será penalizado(a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato diretamente conosco na instituição ou pelos seguintes contatos: Gustavo Lopes Ferreira (telefone: 62-985411709/ e-mail: gustavo.ferreira@ifgoiano.edu.br) e Adriel José Pereira (telefone: 62-999802090/ email: adriel.jose@estudante.ifgoiano.edu.br), que serão prontamente atendidos. Dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

1 JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa surgiu a partir das experiências profissionais e acadêmicas dos pesquisadores junto ao IF Goiano, especificamente no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Durante o trabalho de um dos pesquisadores, técnico em assuntos educacionais (TAE), lotado na gerencia de ensino(GE-

CE), setor que está intimamente relacionado aos estudantes, ele vem percebendo nas conversas com os alunos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio a falta de motivação de alguns em relação ao seu curso. A que isso se deve? Logo, julgamos importante investigar a fundo os cursos técnicos Campus Ceres na perspectiva dos(as) alunos(as).

Temos um objetivo principal que é compreender o processo de formação dos estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Ceres, através de suas narrativas educativas. Assim, procuraremos revelar possíveis sentidos para essa formação acadêmica, traçando as contribuições e as fragilidades da formação integrada oferecida pela Rede dos Institutos Federais. Temos como objetivos específicos: a) interpretar, a partir de narrativas autobiográficas, os projetos de futuro dos estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, em relação à sua formação acadêmica e suas pretensões formativas e profissionais; b) verificar se a identidade original do curso Técnico dialoga com a realidade e as pretensões dos estudantes; c) verificar se a educação recebida no IF Goiano tem influenciado seus projetos futuros; d) compreender, por meio da narrativa, se os estudantes comprehendem a real dimensão da formação, geral, técnica e integrada, que está recebendo na instituição.

Com relação à metodologia da pesquisa você participará, caso concorde, de uma entrevista narrativa a partir de uma questão geradora, na qual você contará sua história, espontaneamente. A entrevista será realizada em dois encontros, que serão gravados, e acontecerão individualmente em uma sala reservada do Campus Ceres, garantindo sua privacidade. A entrevista será agendada previamente com você, atendendo a sua disponibilidade de dia e horário, sem prejuízos ao andamento das aulas e demais atividades escolares. Ressaltamos que você não é obrigado(a) a falar mais do que achar necessário. Você é quem decide se quer ou não participar da pesquisa, mesmo durante a entrevista você pode retirar seu consentimento. A recusa não mudará nosso tratamento ou a nossa relação com você. Sinta à vontade para participar. A seguir oferecemos mais detalhes sobre o estudo.

2 DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos para você, entretanto podem ocorrer riscos mínimos, como: ansiedade por participar da entrevista narrativa com informações relacionadas à sua vida pessoal; sentir a privacidade invadida; embaraço e vergonha de interagir com estranhos; medo de repercussões eventuais por expor sua opinião;

cansaço ou aborrecimento diante do que você narrar; e tomar o seu tempo durante a entrevista narrativa ou interferência na sua vida e rotina. Os pesquisadores se comprometem ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam. Mesmo atendendo a todas as indicações éticas, caso você se sinta constrangido com a questão geradora, que lhe será apresentada previamente, em falar sobre questões que trazem desconforto, poderá interromper imediatamente a participação, tendo posteriormente a oportunidade de retornar para a pesquisa ou não. Os pesquisadores se comprometem também com a preservação da sua identidade com a confidencialidade dos dados, se responsabiliza por danos de ordem física, material ou psicológica que a pesquisa possa acarretar a você.

3 FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Você será acompanhado(a) integralmente pelos pesquisadores em qualquer etapa do estudo e caso apresente algum problema, seja de ordem física ou psicológica, será imediatamente encaminhado(a) para auxílio psicológico no Núcleo de Assistência à Saúde (NAS/CAE) do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, ou para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade de Ceres, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. Em caso de dúvidas elas são prontamente sanadas.

4 GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, pelos meios citados acima (diretamente, por telefone ou e-mail dos pesquisadores). Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação em qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a não adesão a ela não irá acarretar nenhuma penalidade. Sua identidade não será divulgada, iremos tratá-la sob os padrões de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado nem divulgado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Com a conclusão da pesquisa você será informado(a) dos resultados obtidos.

Uma vez concluída a coleta de dados, os pesquisadores farão o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Nenhum documento ou

dado coletado será mantido em qualquer plataforma virtual, pois os dados serão deletados definitivamente. Conforme legislação vigente, após cinco anos todo o material da pesquisa será descartado, ou seja, os áudios e as transcrições das entrevistas narrativas serão apagados e, esse termo de assentimento será picotado e enviado para reciclagem.

5 CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

Sua participação neste estudo não implicará nenhum retorno financeiro. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão resarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Caso você sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, você terá o direito de pleitear a indenização por todo e qualquer gasto.

Sendo assim, os pesquisadores evidenciam que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

Após a finalização da pesquisa, os resultados serão compartilhados com você e estarão também disponíveis em publicações em revistas, eventos acadêmicos, guias e livros, sem nenhum custo para seu acesso a estes materiais.

6 CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada: intitulada “Vida e formação de estudantes do programa de moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres: uma perspectiva (auto)biográfica”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, _____ de _____ de 20____

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa:

Adriel José Pereira

APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) em _____, autorizo expressamente o uso da minha imagem e voz, em caráter definitivo e irrevogável, captadas durante a gravação do documentário intitulado “Historias Que Moram Aqui, no Programa de Moradia Estudantil do IF Goiano – Campus Ceres”, produzido por Adriel José Pereira, servidor do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como parte da pesquisa acadêmica vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A presente autorização abrange o uso das imagens e voz para fins acadêmicos, culturais, educativos e institucionais, podendo ser divulgadas e exibidas em quaisquer meios de comunicação, plataformas digitais, eventos acadêmicos, mostras e publicações relacionadas ao estudo e ao documentário, sem qualquer ônus financeiro ou obrigação adicional por parte do IF Goiano – Campus Ceres ou dos pesquisadores responsáveis.

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que não receberei qualquer remuneração ou compensação financeira decorrente da utilização de minha imagem e voz.

Esta autorização é concedida por prazo indeterminado, abrangendo todo o território nacional e internacional.

_____, ____ de julho de 2025

Assinatura do(a) participante

Assinatura do responsável pela pesquisa Adriel José Pereira
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres Telefone: (62) 99980-2090
Email: adriel.jose@estudante.ifgoiano.edu.br

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA - PESQUISA DE MESTRADO

Tema: Vida e formação de estudantes do programa de moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres: uma perspectiva autobiográfica

1. Você poderia compartilhar com a gente um pouco sobre a sua história: de onde você vem e como foi sua vida escolar antes de chegar aqui no IF Goiano?
2. Como você ficou sabendo do IF Goiano, o que te chamou a atenção e quais fatores influenciaram para vir estudar aqui?
3. Você poderia nos contar como conheceu o programa de moradia estudantil e se essa oportunidade foi determinante para sua escolha pelo IF Goiano?
4. Como é o seu dia a dia no Campus? Pode falar um pouco sobre como você organiza suas atividades escolares, os grupos de estudo, os projetos e também as atividades fora da sala
5. Quais são os pontos positivos e os desafios que você tem vivido morando dentro da escola? Como isso tem afetado tanto sua rotina quanto sua forma de estudar?
6. Essa é a primeira vez que você mora sozinho, como essa experiência tem te ajudado a se organizar e a cuidar das suas próprias responsabilidades?
7. Como você descreveria a convivência com os outros alunos da moradia estudantil e com os servidores do Campus? Você sente que essa convivência ajuda na sua adaptação? Como você descreveria suas relações interpessoais com outros residentes do programa de moradia estudantil e com os servidores da instituição?
8. De que maneira fazer parte do programa moradia estudantil e estudar no IF Goiano tem contribuído ou contribuiu para o seu crescimento pessoal e para a sua preparação para o futuro?
9. Como você imagina seu futuro após a concluir o ensino médio integrado? Quais aprendizados dessa experiência você acha que vão te ajudar a seguir seus sonhos?